

***Brasil Ecodiesel
Indústria e Comércio de
Biocombustíveis e Óleos
Vegetais S.A.
e Controladas***

*Informações Trimestrais para o Trimestre
Findo em 31 de Março de 2011 e
Relatório sobre a Revisão das Informações Trimestrais*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Brasil Ecodiesel Indústria e Comércio de Biocombustíveis e Óleos Vegetais S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Brasil Ecodiesel Indústria e Comércio de Biocombustíveis e Óleos Vegetais S.A. (“Companhia”) e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem os balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de maio de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC- nº 2SP 011.609/O-8-“F” BA

Ruti Amaral Ramos
Contadora
CRC – 1RJ nº048.044/O-8 “T” BA “S” SP

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE MARÇO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
		31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	60.945	107.932	64.443	126.653
Aplicações financeiras	4	5.579	5.429	9.070	10.827
Contas a receber de clientes	5	51.312	9.438	70.269	13.268
Títulos a receber	6	-	-	23.679	22.799
Estoques	7	81.944	87.235	150.796	163.770
Ativos biológicos	8	-	-	115.140	76.132
Impostos a recuperar	9	12.512	13.536	21.721	23.017
Créditos diversos		3.406	2.348	4.873	3.301
Despesas antecipadas		463	266	470	761
		<u>216.161</u>	<u>226.184</u>	<u>460.461</u>	<u>440.528</u>
Ativos disponíveis para venda		7.279	7.279	8.097	8.119
Total do ativo circulante		<u>223.440</u>	<u>233.463</u>	<u>468.558</u>	<u>448.647</u>
NÃO CIRCULANTE					
Títulos a receber	6	-	-	59.608	53.574
Partes relacionadas	22	-	-	443	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	11	8.620	9.081	-	-
Estoques	7	6.068	-	9.369	3.300
Ativos biológicos	8	5.088	4.886	30.447	29.943
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	24.564	25.572
Impostos a recuperar	9	23.807	23.996	31.948	32.589
Depósitos judiciais		810	716	834	741
Outros créditos		-	-	1.671	2.018
Investimentos em controladas	12	327.447	324.411	-	-
Imobilizado	13	199.026	200.762	484.304	489.433
Intangível	14	456	301	234.573	235.985
Total do ativo não circulante		<u>571.322</u>	<u>564.153</u>	<u>877.761</u>	<u>873.155</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>794.762</u></u>	<u><u>797.616</u></u>	<u><u>1.346.319</u></u>	<u><u>1.321.802</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE MARÇO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
		31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
CIRCULANTE					
Fornecedores	15	4.878	4.087	82.889	87.477
Empréstimos e financiamentos	16	16.051	16.457	215.974	152.786
Títulos a pagar		-	-	9.693	-
Adiantamentos de clientes	17	17.754	20.644	29.749	26.542
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	-	2.690	4.092
Partes relacionadas	22	-	-	10.912	10.501
Obrigações sociais		3.943	3.461	9.398	8.444
Obrigações fiscais		2.185	806	4.725	3.452
Tributos parcelados	19	4.992	4.991	13.675	12.628
Dívida com a União - PESA	18	-	-	1.005	2.784
Outras contas a pagar		655	655	6.452	8.131
Total do passivo circulante		<u>50.458</u>	<u>51.101</u>	<u>387.162</u>	<u>316.837</u>
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	15	-	-	31.154	33.305
Empréstimos e financiamentos	16	35.635	39.272	102.447	148.279
ICMS incentivo fiscal		2.789	2.757	2.789	2.757
Tributos parcelados	19	14.144	14.248	40.169	41.211
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	60.120	57.584
Obrigações sociais		1.445	1.644	1.445	1.644
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	2.021	2.097	18.486	18.830
Dívida com a União - PESA	18	-	-	12.744	13.871
Débitos com partes relacionadas	22	24	24	1.565	1.018
Total do passivo não circulante		<u>56.058</u>	<u>60.042</u>	<u>270.919</u>	<u>318.499</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23	1.128.354	1.128.354	1.128.354	1.128.354
Gastos com emissão de ações	23	(16.999)	(16.999)	(16.999)	(16.999)
Reserva de capital		4.745	2.107	4.745	2.107
Prejuízos acumulados		(427.854)	(426.989)	(427.854)	(426.989)
Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas controladores		688.246	686.473	688.246	686.473
Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas não controladores		-	-	(8)	(7)
Total do patrimônio líquido		<u>688.246</u>	<u>686.473</u>	<u>688.238</u>	<u>686.466</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>794.762</u>	<u>797.616</u>	<u>1.346.319</u>	<u>1.321.802</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011
 (Em milhares de reais, exceto lucro básico/diluído por ação)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
		31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	26	144.640	149.384	205.004	149.384
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	27 e 28	(134.971)	(119.237)	(195.663)	(119.237)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	8 e 28	87	(157)	13.216	(612)
LUCRO BRUTO		9.756	29.990	22.557	29.535
DESPESAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas		(13.027)	(9.131)	(19.526)	(9.682)
Despesas tributárias		(249)	(17)	(265)	(17)
Outras receitas (despesas) operacionais		(16)	23	1.477	23
Resultado de equivalência patrimonial	12	2.797	(1.013)	-	-
Total	28	(10.495)	(10.138)	(18.314)	(9.676)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(739)	19.852	4.243	19.859
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		2.646	2.489	15.167	2.489
Despesas financeiras		(2.772)	(2.235)	(17.145)	(2.242)
Variação cambial, líquida		-	(13)	3.241	(13)
Total	29	(126)	241	1.263	234
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(865)	20.093	5.506	20.093
Impostos correntes		-	(4.569)	(2.828)	(4.569)
Impostos diferidos		-	-	(3.543)	-
(-) Incentivo fiscal - imposto de renda		-	468	-	468
Total	10	-	(4.101)	(6.371)	(4.101)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(865)	15.992	(865)	15.992
Atribuível a:					
Acionistas controladores da Companhia				(864)	
Participação dos não controladores				(1)	
				(865)	
Lucro (prejuízo) básico por ação - R\$	30	<u>(0,00080)</u>	<u>0,02205</u>		
Lucro (prejuízo) diluído por ação - R\$	30	<u>(0,00080)</u>	<u>0,02205</u>		

A Companhia não apresentou resultados abrangentes nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2011 e 31 de março de 2010.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	CAPITAL				Patrimônio líquido	Acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		Capital Social	Gastos com emissão de ações	Reserva de capital	Prejuízos acumulados			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		808.213	(15.323)	15	(404.079)	388.826	-	388.826
Aumento de capital com:								
Emissão de ações	23	320.141	-	-	-	320.141	-	320.141
(-) Gastos com emissões de ações	23	-	(1.676)	-	-	(1.676)	-	(1.676)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(22.910)	(22.910)	(7)	(22.917)
Planos de opções de ações - Companhia	32	-	-	2.092	-	2.092	-	2.092
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		<u>1.128.354</u>	<u>(16.999)</u>	<u>2.107</u>	<u>(426.989)</u>	<u>686.473</u>	<u>(7)</u>	<u>686.466</u>
Prejuízo do período		-	-	-	(865)	(865)	(1)	(866)
Planos de opções de ações:								
Companhia	32	-	-	2.503	-	2.503	-	2.503
Controlada	32	-	-	135	-	135	-	135
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2011		<u><u>1.128.354</u></u>	<u><u>(16.999)</u></u>	<u><u>4.745</u></u>	<u><u>(427.854)</u></u>	<u><u>688.246</u></u>	<u><u>(8)</u></u>	<u><u>688.238</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
RECEITAS					
Vendas de mercadorias produtos	26	165.508	166.290	227.850	166.290
Outras receitas		5	31	564	31
Devolução de vendas	26	(662)	(666)	(695)	(666)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	134	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Matérias-primas consumidas		(86.600)	(124.169)	(91.126)	(124.169)
Mercadorias vendidas		(36.327)	(3.931)	(61.963)	(3.931)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros		(6.596)	-	(36.626)	-
Variação de valor justo de ativos biológicos	8	87	(157)	13.216	(612)
Custos dos ativos ociosos	27	(3.904)	(1.030)	(6.247)	(1.030)
Provisão para perdas em estoques		(656)	-	(656)	-
Provisão para perdas nos ativos - reversão/(constituição)		-	-	2.024	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	34	-	(300)	-
Outras despesas		-	-	(937)	-
Amortização de ágio	12 e 14	(1.513)	-	(1.513)	-
VALOR ADICIONADO BRUTO		29.376	36.368	43.725	35.913
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	13 e 14	(2.733)	(2.611)	(6.903)	(2.960)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO CONSUMIDO PELA COMPANHIA		26.643	33.757	36.822	32.953
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	12	2.797	(1.013)	-	-
Receitas financeiras	29	2.646	2.489	15.167	2.489
		5.443	1.476	15.167	2.489
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		32.086	35.233	51.989	35.442
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
		32.086	35.233	51.989	35.442
Pessoal:					
Remuneração direta		7.225	4.507	10.539	4.567
Benefícios		590	268	1.020	269
FGTS		285	155	495	161
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		11.382	5.979	17.817	6.349
Estaduais		10.815	5.750	9.869	5.750
Municipais		52	9	114	9
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros e variações cambiais		2.386	2.170	11.354	2.176
Multas		33	91	(193)	91
Aluguéis		183	312	1.839	78
Remuneração de capitais próprios:					
Lucro do período		(865)	15.992	(865)	15.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro do período		(865)	15.992	(865)	15.992
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	12	(2.797)	1.013	-	-
Amortização ágio investimentos	12 e 14	1.513	-	1.513	-
Depreciação e amortização	13	2.733	2.611	6.903	2.960
Valor residual de ativos mantidos para venda e imobilizado, baixados	13	71	107	610	184
Perdas em estoques		656	-	656	-
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos		1.678	1.591	1.951	1.597
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	34	-	(300)	-
Parcela de ICMS diferido a recolher		32	1.355	32	1.355
Receitas diferidas		-	(14.744)	-	(14.744)
Rendimentos de aplicações financeiras		(150)	-	(150)	-
Ganhos com o valor justo de instrumentos financeiros derivativos		-	-	(1.401)	-
Variação do valor justo do ativo biológico	8	(87)	157	(13.216)	612
Juros pagos no período		(1.695)	(1.344)	(12.053)	(1.357)
Redução da provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	5	-	-	(134)	-
Juros recebidos		(342)	-	(342)	-
Atualizações de adiantamentos de clientes		609	-	609	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	3.543	-
Pagamentos baseados em ações	32	2.503	-	2.638	-
Outras provisões para perdas e ajuste a valor presente		-	-	(2.190)	-
Aumento (redução) nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(41.874)	(11.594)	(56.922)	(11.593)
Estoques		(1.433)	14.671	(1.433)	14.410
Ativos biológicos		(115)	(785)	(17.168)	(1.266)
Impostos a recuperar		1.213	5.306	1.856	5.305
Créditos diversos		(716)	418	(771)	560
Depósitos judiciais		(94)	(143)	(94)	(143)
Despesas antecipadas		(197)	195	(197)	187
Ativos disponíveis para venda		-	(11)	-	(11)
Outros créditos		(1)	(1)	1.202	(1)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		791	(5.685)	(7.958)	(5.697)
Adiantamento de clientes		(3.499)	972	2.599	972
Obrigações sociais		283	58	755	90
Obrigações fiscais		1.379	(1.633)	1.385	(1.633)
Tributos parcelados		(103)	-	(884)	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(110)	-	(110)	-
Receitas diferidas		-	3.903	-	3.903
Outros passivos		-	-	6.928	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(40.583)	12.409	(83.008)	11.682
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		-	-	1.906	-
Venda de imobilizado		-	26	-	26
Aquisição de imobilizado e adições ao intangível	13 e 14	(1.223)	(340)	(2.879)	(400)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(1.223)	(314)	(973)	(374)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de financiamentos - terceiros		-	-	83.883	-
Empresas ligadas - AFACs		(1.155)	(922)	536	-
Pagamento de financiamentos		(4.026)	(882)	(62.648)	(1.015)
Caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento		(5.181)	(1.804)	21.771	(1.015)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(46.987)	10.291	(62.210)	10.293
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Saldo inicial		107.932	103.783	126.653	103.822
Saldo final		60.945	114.074	64.443	114.115
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(46.987)	10.291	(62.210)	10.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL.....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS.....	9 a 81

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais, ou de outra forma como indicado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasil Ecodiesel Indústria e Comércio de Biocombustíveis e Óleos Vegetais S.A. (“Companhia” ou “Brasil Ecodiesel”) foi constituída em 18 de julho de 2003, sob a denominação de Brasil Biodiesel Comércio e Indústria de Óleos Vegetais Ltda., como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tendo atualmente sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1461, 4º andar, Torre Sul Pinheiros - São Paulo – SP.

Em 9 de novembro de 2006, através do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/nº 046/2006, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM concedeu à Companhia o registro de “Companhia Aberta”, possibilitando a negociação de ações ordinárias de sua emissão no mercado de bolsa de valores.

A Companhia tem como objeto social a industrialização e comércio de biocombustíveis, óleos vegetais e seus subprodutos derivados e congêneres, incluindo os subprodutos de oleaginosas e biodiesel, no mercado nacional e internacional, a produção e comércio de produtos vegetais, a produção de materiais químicos derivados do processamento industrial de vegetais de qualquer natureza, o armazenamento e manuseio industrial de produtos químicos em geral, etanol e metanol para produção de biocombustíveis, o transporte e armazenamento de seus produtos, subprodutos ou de produtos de terceiros, bem como de quaisquer mercadorias constantes da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, a importação de insumos, matérias-primas, máquinas e equipamentos aplicáveis à sua atividade industrial, observadas as prescrições legais, a produção de fertilizantes, inoculantes, estimulantes e biofertilizantes para uso próprio, locação em geral de bens de sua propriedade ou de terceiros, podendo também participar no capital de outras sociedades.

A Companhia é controladora de diversas empresas no segmento de agroindústria, comercialização e exportação de produtos agrícolas, especialmente oleaginosas e seus subprodutos, produção e transformação de óleos vegetais e produtos derivados em combustível vegetal (biocombustível). Através dessas empresas realiza ainda as seguintes atividades correlatas:

- Beneficiamento do algodão em caroço, próprio e de terceiros; e
- Produção e comercialização de produtos oriundos do esmagamento do caroço de algodão, como óleo, linter e farelo.

A relação das empresas controladas está descrita na nota explicativa nº 12.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

Unidades Industriais (Controladora)

A Companhia possui quatro unidades industriais de transformação de óleo vegetal em biodiesel em operação, nas seguintes localidades:

<u>Cidade/Estado</u>	<u>Capacidade de produção anual prevista</u> (Informação não revisada pelos auditores)	<u>Início das Atividades</u>
Iraquara/BA	118,8 mil metros cúbicos	Dezembro/2006
Porto Nacional/TO	118,8 mil metros cúbicos	Junho/2007
Porto de Itaqui/MA (*)	118,8 mil metros cúbicos	Agosto/2007
Rosário do Sul/RS	118,8 mil metros cúbicos	Agosto/2007

(*) A unidade do Maranhão teve seu selo combustível social suspenso pelo Ministério do Desenvolvimento Agrícola - MDA a partir de 5 de março de 2010. A unidade da Bahia sofreu a mesma penalidade, porém obteve novo selo conforme publicação no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2011. Ver em mercado e leilões de biodiesel abaixo.

A Companhia possui também duas unidades industriais de produção de biodiesel localizadas nas cidades de Floriano/PI e Crateús/CE que foram desativadas em 2009, conforme Fato Relevante divulgado no dia 15 de dezembro de 2009. A dificuldade logística de obtenção de matérias-primas para abastecimento dessas usinas foi o principal motivo para essa desativação.

Possui ainda, unidades de extração de óleo de grãos, filiais da Companhia, instaladas no Rio Grande do Sul e na Bahia. Essas unidades possuem capacidade de esmagamento de 900 toneladas (informação não auditada) de grãos por dia, as quais não estão em operação.

A Companhia também possui unidades agrícolas nas seguintes localidades:

<u>Fazenda</u>	<u>Localização/Estado</u> (Informação não revisada pelos auditores)	<u>Área da fazenda</u> (Informação não revisada pelos auditores)
Sucesso	Bahia	12.682
Bandeira	Ceará	3.499
São Vicente	Ceará e Piauí	9.920
São José II	Minas Gerais	2.454
Violetto	Piauí	7.681

Através de sua controlada Maeda S.A. Agroindustrial, possui uma unidade industrial para esmagamento de caroço de algodão e produção de óleo de algodão, linter e farelo. Essa unidade está instalada no município de Itumbiara, no Estado de Goiás e tem capacidade de esmagamento de 156.000 toneladas (informação não revisada pelos auditores) de caroço de algodão por ano.

Situação financeira da Maeda S.A. e planos da sua administração

O exercício de 2009 foi impactado pelos efeitos diretos e indiretos da crise financeira de 2008, assim como por uma combinação adversa de altos preços nos principais insumos, baixos preços de “commodities” e eventos climáticos, como excesso de chuvas na Bahia e Mato Grosso. Conjuntamente, esses efeitos resultaram em um aumento no custo de captação de recursos, aumento nos custos de produção e redução na receita, e, conseqüentemente, uma redução significativa do fluxo de caixa operacional gerado. Em 2010, os referidos efeitos ainda repercutiram, incluindo novas quedas de produtividade por questões climáticas e de pragas.

A restrição de liquidez da Companhia impactou no início de 2010 a disponibilidade dos insumos no tempo e quantidade necessários e ainda no grau de utilização e rentabilidade da unidade de processamento de caroço de algodão. Contudo, em função dos eventos descritos no item (b) acima, houve uma significativa melhora na situação financeira da Companhia e também do consolidado que, em 31 de março de 2011, ainda apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes, nos montantes de R\$ 54.567 e R\$ 97.968, respectivamente.

Os planos da administração para restabelecer o nível adequado de liquidez e o equilíbrio econômico financeiro da Companhia estão diretamente relacionados à renegociação dos vencimentos relativos aos fornecedores de insumos, ao alongamento do perfil da dívida bancária e à realocação de ativos à sua atividade fim, por meio do desinvestimento de ativos não estratégicos e aporte de capital (item (b) acima). A administração vem executando os referidos planos, os quais foram substancialmente concluídos até o encerramento do exercício de 2010.

Como parte desse plano, a Companhia realizou um amplo processo de renegociação de suas dívidas, principalmente relacionadas com atrasos de pagamentos junto a fornecedores e junto às principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém empréstimos e financiamentos.

Considerando o processo de renegociação com fornecedores, objetivando a manutenção dos mesmos e a liquidação dos valores em atraso sem correção monetária, juros e multas e, com base em determinadas negociações que já alcançaram êxito, não são esperados pagamentos relevantes de correção monetária, juros ou multas. Em relação à renegociação junto às principais instituições financeiras, importantes acordos para refinanciamento e alongamento das dívidas foram concluídos no final de 2010 e outros são esperados ainda para o primeiro semestre de 2011.

Até que essas ações sejam integralmente concluídas e o equilíbrio econômico financeiro retomado, a Companhia contará com o apoio de sua acionista controladora, caso exista a necessidade de suporte financeiro adicional para cumprir com obrigações de curto ou longo prazo.

Em 31 de março de 2011, as informações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias em regime normal de

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

operações, conseqüentemente, os ativos e passivos registrados nessas datas refletem a sua melhor estimativa de realização em um contexto de continuidade operacional de longo prazo.

Mercado e Leilões de Biodiesel

Em 14 de janeiro de 2005, foi publicada a lei nº 11.097 que introduz o biodiesel na matriz energética brasileira. A Lei do Biodiesel prevê a obrigatoriedade da adição de um percentual mínimo de biodiesel ao óleo diesel mineral comercializado ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional. Esse percentual mínimo obrigatório era inicialmente de 2% no período de 2008 a 2012, devendo atingir 5% em 2013. Entretanto, com a evolução do setor de biodiesel no país e o conseqüente aumento da oferta, já em 2009, através da Resolução nº 6 do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, foi determinada a obrigatoriedade da adição de 5% de biodiesel ao diesel mineral (B5), a partir de 1º de janeiro de 2010.

Através de publicação no Diário Oficial do dia 5 de março de 2010, o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), suspendeu o Selo Combustível Social das unidades da Brasil Ecodiesel localizadas em Itaqui/MA e Iraquara/BA. As unidades de Floriano/PI e Crateús/CE, já desativadas, também tiveram seu selo social suspenso. Em 13 de abril de 2011, a Companhia recuperou o Selo Combustível Social para sua unidade de Iraquara/BA.

Abaixo estão relacionados os resultados dos leilões realizados para entrega de biodiesel durante os exercícios de 2010 e primeiro trimestre de 2011:

<u>Leilão</u>	<u>Volume obtido</u>	<u>Volume entregue</u>	<u>Preço médio obtido (*)</u>	<u>Período de Entrega</u>
			<u>R\$</u>	
16º	65.364 m³	65.364 m³	2.341/m³	janeiro a março/2010
17º	45.000 m³	44.470 m³	2.262/m³	abril a junho/2010
18º	34.000 m³	34.000 m³	2.095/m³	julho a setembro/2010
19º	23.300 m³	21.459 m³	1.741/m³	setembro a dezembro/2010
20º	50.000 m³	47.658 m³	2.303/m³	janeiro a março/2011

(*) Valor líquido de ICMS

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1. Base de apresentação das informações trimestrais

A Companhia elaborou as informações trimestrais individuais de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária, emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e consolidadas de acordo com o CPC 21 e IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário, emitido pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, e as está apresentando conforme as normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

As práticas contábeis nas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas das últimas demonstrações financeiras anuais.

As informações trimestrais individuais (“Controladora”) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e divergem das práticas apresentadas nas informações consolidadas, de acordo com o IAS 34, somente quando a avaliação de investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, ao invés de custo ou valor justo.

2.2. Base de elaboração das informações trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelo ativo biológico que está mensurado ao valor justo e a ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do período, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Neutralidade para fins tributários da aplicação da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08 (Lei nº 11.941/09)

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela MP no 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o programa de integridade social (PIS) e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08 (Lei nº 11.941/09), foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. A Companhia manifestou a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) em 2009 e 2010.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras individual e consolidadas são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.5. Instrumentos financeiros

2.5.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

a) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado são ativos mantidos para negociação, quando adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção).

b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data do vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais, menos eventual perda por valor recuperável, quando aplicável.

c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nesta categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercado ativo ou não cotadas em mercado ativo, mas que possam ter os valores justos estimados razoavelmente.

d) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

No caso da Companhia e controladas compreendem:

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

dos valores de mercado, com resgate de até 90 dias da data da aplicação conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber de clientes e títulos a receber

São demonstradas ao valor de realização, ajustados por provisão para perda constituída com base na avaliação da Administração quanto a eventuais perdas na realização de contas a receber.

Os montantes a receber de clientes são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Para os saldos de títulos a receber relativos à venda de imóveis e equipamentos o tratamento é semelhante, aplicando-se ainda, o ajuste a valor presente para as parcelas de longo prazo.

2.5.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.5.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são substancialmente representados por fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorrido e subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

2.6. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas, exceto a Maeda S.A. Agroindustrial, não operam com instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 24, a controlada Maeda S.A. Agroindustrial contrata instrumentos financeiros derivativos com o propósito de proteger suas operações

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e nos preços das "*commodities*" e não são utilizados para fins especulativos.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado com um instrumento de hedge de fluxo de caixa.

As operações de hedge accounting são aprovadas pela Administração da Companhia e são submetidas a testes periódicos de efetividade, retrospectivo e prospectivo. Apenas a parcela dos derivativos inicialmente designada para proteção, alinhada quanto ao prazo, valor e natureza do objeto protegido, e comprovadamente efetiva, tem seus resultados potenciais registrados em conta específica de patrimônio líquido ("Ajustes de avaliação patrimonial"), enquanto a operação permanece em aberto/não realizada.

Na liquidação das referidas operações de hedge accounting de fluxo de caixa, seus efeitos são apropriados ao resultado, de modo a minimizar as variações indesejadas no objeto do hedge.

2.6. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição ou fabricação, que não excede o valor líquido de realização. O custo dos estoques está baseado no princípio do custo médio e incluem gastos incorridos na aquisição, transportes e armazenagens dos estoques. No caso de estoques de produtos acabados e estoques de produtos em elaboração, o custo inclui parte dos gastos gerais de fabricação, determinados com base na capacidade normal de operação.

A Companhia tem operado abaixo de sua capacidade de produção. A administração estima como capacidade ociosa normal o percentual de 50% de sua capacidade instalada. Os custos fixos referentes à ociosidade que excede 50% de sua capacidade são registrados como outros custos operacionais, classificados dentro do custo dos produtos vendidos. Materiais de suprimento são registrados com base no custo de aquisição e baixados como custo da produção por ocasião do consumo.

2.7. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os resultados da controlada adquirida durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia possui investimentos nas seguintes empresas controladas, as quais foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

<u>Empresas controladas (no país)</u>	<u>Percentual de participação</u>	
	<u>Capital total e votante</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Buriti Agrícola Ltda.	99,9979	99,9979
Bora Bora Agro-industrial Ltda.	100,0000	100,0000
Bonanza Agro-industrial Ltda.	100,0000	100,0000
Capão da Canoa Agro-industrial Ltda.	100,0000	100,0000
Crateús Algodoeira S.A.	99,4800	99,4800
Erebango Agro-industrial Ltda.	100,0000	100,0000
Ecotrans Transp., Serviços e Loc. de Equip. e Máq. Ltda.	99,9831	99,9831
Gustávia Agro-industrial Ltda.	100,0000	100,0000
Jaicós Agrícola Ltda.	99,1851	99,1851
Mocuri Agrícola Ltda.	99,9438	99,9438
Montana Agro-industrial Ltda.	100,0000	100,0000
Piatã Agrícola Ltda.	99,9470	99,9470
Rede de Compras Intermediação de Negócios, Comércio de Produtos e Insumos Agrícolas Ltda.	99,9725	99,9725
Maeda S/A Agroindustrial	100,0000	100,0000

2.8. Combinações de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos pela Companhia na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados que são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 19 - Benefícios aos Empregados (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33), respectivamente;
- Passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações da Companhia celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

da adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações (equivalentes ao CPC 10) na data de aquisição; e

- Ativos classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao CPC 31) são mensurados conforme essa Norma.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC - 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis as demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.9. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O ágio é submetido anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução no seu valor recuperável. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.10. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado da Companhia e das suas controladas estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da depreciação e amortização acumuladas e da provisão para baixa decorrente do teste de recuperação (impairment). São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se

quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear (Ver nota explicativa nº 13), de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, quaisquer ganhos ou perdas na baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.11. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

2.12. Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual.

Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda estão mensurados pelo valor de custo, o qual não excede o valor justo menos o custo de venda.

São representados basicamente por fazendas localizadas nos Estados do Ceará, Piauí e Minas Gerais.

2.13. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No final de cada exercício, a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma evidência de perda não recuperável, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperado. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável,

definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

2.14. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia e suas controladas correspondem, substancialmente, às culturas de pinhão-mansão, algodão, soja, milho e cana-de-açúcar e são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda.

As lavouras de pinhão-mansão são culturas, nas quais o produto agrícola é colhido após um período de tempo estimado em 4 anos. A vida útil dessa cultura é estimada em 15 anos. Essas lavouras são cultivadas pela Companhia com o objetivo de colher e esmagar o fruto para obtenção de óleo que poderá servir de matéria-prima na elaboração de biodiesel ou venda ao mercado.

As lavouras de algodão, soja e milho são culturas temporárias, nas quais o produto agrícola é colhido após um período de tempo que varia de 110 a 180 dias após a data de plantio, dependendo da cultura, variedade, localização geográfica e condições climáticas. Essas lavouras são cultivadas pela controlada Maeda S.A. Agroindustrial, com o objetivo de colher e comercializar o produto agrícola correspondente, exceto para a cultura do algodão, cujo produto agrícola (“algodão em caroço”) é processado para produção “pluma de algodão” (*commoditie*) e os derivados do esmagamento do caroço do algodão, como óleo, linter e farelo.

As lavouras de cana-de-açúcar, da coligada indireta Tropical BioEnergia S.A., têm como finalidade prover matéria-prima para a produção de açúcar e álcool. O ciclo produtivo da cana-de-açúcar tem em média cinco anos após o seu primeiro corte, motivo pelo qual são classificadas como cultura permanente.

As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo desses ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 8.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo e os custos incorridos com plantio e tratamentos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de períodos anteriores, quando aplicável (demonstrações intermediárias e culturas permanentes), sendo registrado no resultado do período na rubrica “Variação no valor justo dos ativos biológicos”.

Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material (basicamente no caso lavouras plantadas a poucos dias do encerramento das demonstrações financeiras ou culturas de ciclo curto) sendo que, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo.

2.15. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.16 Acordos de pagamentos baseados em ações

O plano de remuneração baseado em ações deve ser mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito dos acordos de pagamentos baseados em ações com executivos da Companhia e da controlada Maeda S.A. Agroindustrial estão descritos na nota explicativa nº 32. A Companhia e suas controladas não possuem transações de pagamentos baseados em ações com fornecedores de serviços externos.

2.17. Incentivos Fiscais

Os incentivos fiscais são reconhecidos quando existe segurança razoável de que a Companhia e suas controladas irão atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

São reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia e suas controladas reconhecem como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

A Companhia possui os seguintes incentivos fiscais:

ICMS

ESTADO DA BAHIA

A Companhia possui o incentivo fiscal denominado Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - “DESENVOLVE”, para a unidade industrial localizada na cidade de Iraquara, cujo benefício estabelece o diferimento no prazo

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

de pagamento de 80% do saldo devedor mensal do ICMS normal, em até 12 anos. Em caso de liquidação antecipada das parcelas diferidas, ocorrerá um desconto de até 80% do valor a pagar, conforme Resolução nº 107/2006, de 17 de novembro de 2006.

ESTADO DO CEARÁ

A Companhia, conforme Resolução 013/2007, do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará, datada de 20 de abril de 2007, possui o incentivo fiscal denominado “FDI - Fundo de Desenvolvimento Industrial”, para a unidade industrial localizada na cidade de Crateús, cujo benefício possibilita o financiamento de 75% do valor do ICMS devido sobre as operações resultantes de seu processo industrial. Os desembolsos são em parcelas mensais, mediante Termo de Declaração do ICMS diferido, e o recolhimento da parcela complementar do ICMS (25% do valor devido). O prazo de fruição desse benefício é de 120 meses. O incentivo também contempla o diferimento do ICMS incidente nas aquisições de importação de máquinas e equipamentos para compor o ativo imobilizado da Companhia e o diferencial de alíquota. Do montante financiado, 25% será recolhido após 36 meses, atualizado monetariamente com base na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

A concretização do incentivo acima está condicionada, até o término do prazo de 36 meses, ao pagamento da parcela diferida do ICMS com atraso máximo de 30 dias, recolhimento do ICMS decorrente de operações não contempladas no incentivo fiscal de acordo com a forma e prazos regulamentares, manter em dia todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social e emitir o Termo de Declaração do ICMS Diferido.

ESTADO DO MARANHÃO

A Companhia, conforme Termo de Compromisso celebrado com o Estado do Maranhão, em 4 de maio de 2004, possui incentivo fiscal por um período de 10 anos, correspondente à dispensa do ICMS incidente nas aquisições de máquinas, equipamentos e instalações adquiridos no exterior, e à aplicação de isenção às saídas internas e interestaduais, com vigência de 12 (doze) anos para as atividades desenvolvidas no interior do Estado, e de 10 (dez) anos para as atividades desenvolvidas na Capital, de produtos industrializados derivados de oleaginosas, inclusive óleos vegetais e biodiesel.

O incentivo fiscal trata da isenção de 100% do ICMS. Portanto, quando do cálculo do valor devido mensal de ICMS, se apurado débito a recolher, este valor tem seu pagamento dispensado, com a consequente apropriação para o resultado.

A obrigação da Companhia é atingir o nível de investimentos de aproximadamente R\$ 20.000, com previsão de geração de 25 empregos industriais diretos e até 5.000 empregos nas parcerias rurais do projeto.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

ESTADO DO PIAUÍ

A Companhia e as controladas Buriti Agrícola Ltda., Jaicós Agrícola Ltda., Mocuri Agrícola Ltda. e Piatã Agrícola Ltda. possuem incentivo fiscal por um período de 10 anos, correspondente à dispensa de 100% do ICMS apurado durante os 7 primeiros anos e de 70% do ICMS apurado durante os 3 últimos, nos termos dos Decretos Estaduais nºs 11.153, 11.155, 11.157, 11.159 e 11.162, de 29 de setembro de 2003, do Estado do Piauí.

O incentivo fiscal, por determinar a dispensa de 100% do ICMS durante os 7 primeiros anos, não requer condições a serem cumpridas para o reconhecimento da receita. Quando do cálculo do valor devido mensal de ICMS, se apurado débito a recolher, este valor tem seu pagamento dispensado, com a consequente apropriação para o resultado.

As únicas obrigações da Companhia são manter registros fiscais que possibilitem o cálculo do valor do imposto e do correspondente benefício e cumprir com as obrigações tributárias com o Estado do Piauí.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A Companhia, conforme Resolução nº 02/2007, do Conselho Diretor do Fundopem/RS, datada de 10 de maio de 2007, possui o incentivo fiscal denominado “Fundopem” para a unidade industrial localizada na cidade de Rosário do Sul, cujo benefício possibilita o financiamento de 75% do valor do ICMS devido sobre as operações resultantes de seu processo industrial. A parcela financiada será paga após 60 meses, com abatimento de 60% e atualização monetária de 100% da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA mais juros de 3% ao ano. O prazo de fruição desse benefício é de 96 meses.

A concretização do incentivo acima está condicionada, até o término do prazo de 60 meses, à manutenção da regularidade em obrigações contratuais junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A, à Caixa Estadual S/A – Agência de Fomento/RS e ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, em obrigações fiscais e ambientais decorrentes da legislação vigente e à geração de 168 novos postos de trabalho direto, ao longo de 8 anos.

Os benefícios concedidos pelo Fundopem/RS foram utilizados no período de março/2008 até abril/2009, quando o limite liberado pela Secretaria da Fazenda foi atingido. Em dezembro de 2010, retroativamente a junho de 2009, a Companhia passou a considerar o benefício do Crédito presumido, instituído pelo Decreto nº 37.699, que assegura o direito a crédito fiscal presumido aos estabelecimentos industriais autorizados pela ANP – Agência Nacional de Petróleo, em montante igual ao que resultar da aplicação do percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o imposto incidente nas saídas de biodiesel - B100, de produção própria, desde que a matéria-prima utilizada na fabricação da referida mercadoria tenha sido adquirida e produzida no Estado do Rio Grande do Sul.

A alteração retroativa do benefício utilizado (Fundopem – Crédito Presumido) implicou na reversão dos valores lançados como impostos diferidos, e o registro do parcelamento do imposto em aberto. O valor e as condições desse parcelamento estão descritas na Nota explicativa nº 19.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

ESTADO DO TOCANTINS

A Companhia, conforme Termo de Acordo de Regime Especial nº1834/2007, de 26 de março de 2007, possui o incentivo fiscal denominado “Proindústria”, o qual lhe dá direito a beneficiar-se de crédito presumido de tal forma que a carga tributária efetiva corresponda a 2% (dois por cento) do valor das operações de saídas de mercadorias tributadas de seu estabelecimento. O prazo de fruição desse benefício é de 15 anos, a partir de dezembro de 2006. Fica dispensada também da obrigatoriedade do recolhimento de ICMS substituição tributária de mercadorias e serviços a serem aplicados no processo de produção, industrialização, transformação ou manipulação. É isenta do ICMS diferencial de alíquota devido pelas aquisições interestaduais de máquinas e equipamentos destinados ao seu ativo imobilizado.

Em 24 de janeiro de 2008, a Companhia protocolou o contrato Prosperar nº 001/2008, para alteração da forma de concessão do benefício, que passou a conceder um crédito de 75% do ICMS devido, conforme Termo de Acordo 2.278/2010 vigente a partir de 1º de abril de 2010.

Durante os primeiros 5 anos de incentivo, a Companhia deve recolher, até o vigésimo dia útil do mês subsequente em relação ao mês de fato gerador, 5% do benefício concedido, quando então poderá reconhecer como receita o valor remanescente.

A Companhia se obriga a enviar mensalmente ao Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Tocantins as guias de recolhimento do ICMS, realizar os investimentos previstos no projeto de viabilidade econômico e financeira, não atrasar o recolhimento do ICMS devido em mais de 60 dias, comunicar alterações em seu estatuto social e enviar suas demonstrações financeiras no prazo máximo de 90 dias após o encerramento do exercício social.

ESTADO DE GOIÁS E MATO GROSSO

A Controlada Maeda S.A. Agroindustrial conta com os seguintes incentivos fiscais de âmbito estadual:

Programa de Incentivo ao Algodão de Mato Grosso - PROALMAT, Programa de Incentivo ao Produtor de Algodão do Estado de Goiás - PROALGO e Programa de Incentivo a Cultura do Algodão no Estado da Bahia - PROALBA. Os incentivos consistem na concessão progressiva de créditos, de acordo com as características das fibras do algodão, de 50% a 75% de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS devido nas operações de vendas de algodão em pluma, os quais reduzem os impostos sobre as vendas; e Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR, que consiste em financiamento, por meio do Banco do Estado de Goiás S.A., de 70% do montante mensal do ICMS devido, sem correção monetária, para pagamento em 20 anos.

Em função do acúmulo de saldos credores de ICMS, estes benefícios não vêm sendo utilizados de forma significativa por essa controlada.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

IMPOSTO DE RENDA

A Companhia, com base no Laudo Constitutivo nº 0143/2006, emitido em 28 de agosto de 2006 (confirmado pelo Laudo nº 46/2007), pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, obteve por um período de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2007, a redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis para a unidade localizada em Floriano, Estado do Piauí.

A Companhia, através do Laudo nº 0045/2007, emitido em 16 de abril de 2007, pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, obteve por um período de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2007, a redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis para a unidade localizada em Crateús, Estado do Ceará.

A Companhia, através do Laudo nº 0108/2007, emitido em 30 de julho de 2007, pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, obteve por um período de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2007, a redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis para a unidade localizada em Iraquara, Estado da Bahia.

A Companhia, através do Laudo nº 0102/2008, emitido em 30 de julho de 2008, pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, obteve por um período de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2008, a redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis para a unidade localizada em Itaqui, Estado do Maranhão.

A Companhia apresentou prejuízo fiscal no período de três meses findo em 31 de dezembro de 2011, portanto não auferiu benefícios de redução do imposto de renda nesse período. No primeiro trimestre de 2010, foram reconhecidos R\$ 468.

2.18. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

2.18.1 Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no final do exercício.

Provisão para imposto de renda

É constituída com base na legislação vigente, à alíquota de 15% sobre o lucro real, mais adicional de 10% acima de R\$ 240 de lucro tributável gerado pela Companhia e pelas controladas EcoTrans Transportes, Serviços e Locações de Equipamentos e Máquinas Ltda.,

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

Buriti Agrícola Ltda., Crateús Algodoeira S.A. e Maeda S.A Agroindustrial. Para as demais controladas é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro presumido, mais adicional de 10% acima de R\$ 240.

Provisão para contribuição social

É constituída à alíquota de 9% do lucro real, conforme legislação em vigor, pela Companhia e pelas empresas Ecotrans Transportes, Serviços e Locações de Equipamentos e Máquinas Ltda., Buriti Agrícola Ltda., Crateús Algodoeira S.A. e Maeda S.A Agroindustrial. Para as demais empresas controladas é constituída à alíquota de 9% do lucro presumido, conforme legislação em vigor.

2.18.2 Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, associadas a ajustes decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos (ver nota explicativa nº 10), inclusos no Regime Tributário de Transação (RTT) como: mensuração dos ativos biológicos a valor justo e os impostos diferidos ativos sobre as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que seja liquidado/realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido.

2.19. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.20. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.21. Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

2.21.1 Venda de produtos

As receitas de vendas são reconhecidas na demonstração do resultado quando riscos significantes são transferidos ao comprador. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa quanto à sua realização.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

2.22. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de adiantamentos de contratos de câmbio, aplicações financeiras, clientes, variação monetária e cambial ativa e passiva, e descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de duplicatas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 29.

2.23. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação.

Os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto (somente quando aplicável):

- Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionadas a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (“hedge”) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e
- Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em “outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização de itens monetários.

2.24. Principais fontes de julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC determinam que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizados na mensuração dos ativos biológicos, vida útil dos ativos imobilizados, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.25. Lucro por ação

Conforme a IAS 33 e o CPC 41 – Lucro por ação, o lucro líquido deve ser apresentado como básico e diluído. Ver nota explicativa nº 30.

2.26. Resultados abrangentes

A Companhia não possui resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

2.27. Apresentação das informações por segmento

As informações por segmentos operacionais devem ser apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os tomadores de decisão, que no caso da Companhia são a Administração e Conselho de Administração da Companhia. Ver nota explicativa nº 31.

2.28. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.29. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas

Foram aprovados e emitidos até a divulgação das referidas demonstrações financeiras, normas da CVM, novos pronunciamentos técnicos contábeis, além de revisões de pronunciamentos anteriormente publicados, e novas interpretações do CPC e do IASB, aplicáveis ao exercício encerrado a partir de dezembro de 2011 e às demonstrações financeiras de 2010 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras de 2011, para fins de comparação.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

Pronunciamento	Conteúdo
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Inclusão de alterações feitas pelo IASB no IAS 36 e revisão do texto, sem alteração da essência do pronunciamento.
CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	Revisão do texto para melhor alinhamento ao conteúdo do IAS 21, sem alteração da essência do pronunciamento.
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Revisão do texto para melhor alinhamento ao conteúdo do IAS 7, sem alteração da essência do pronunciamento.
CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas	Inclusão de alterações feitas pelo IASB no IAS 24 e revisão do texto, sem alteração da essência do pronunciamento.
CPC 41 – Resultado por Ação	Diretrizes padronizadas para a apuração e divulgação do resultado por ação. O referido pronunciamento foi aplicado de forma antecipada.
Medida Provisória 517/10	Alteração de dispositivos da Lei 6.404/76, com o objetivo de adequar as emissões de debêntures. Esta medida provisória não traz efeitos sobre as demonstrações financeiras apresentadas.
IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros	Refere-se a isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para entidades que fazem a adoção pela primeira vez. Vigente para períodos anuais iniciados após 1 de julho de 2010.
IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações	Inclusão de procedimentos quanto a divulgação de transferências de ativos financeiros. Vigente para períodos anuais iniciados após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração. Vigente para períodos anuais iniciados após 1 de janeiro de 2013.

A Companhia implementará tais pronunciamentos e interpretação à medida que suas aplicações se tornarem obrigatórias, com a normatização pelo CPC e CVM, não sendo esperados efeitos relevantes para as demonstrações financeiras.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Modalidade	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
		31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Caixa e bancos		183	1.570	3.681	10.838
Banco Bradesco S/A	Fundo de investimento (a)	9.765	6.342	9.765	6.342
Banco Itaú S/A	Fundo de investimento (a)	20	34.728	20	34.728
ABN AMRO S/A	Fundo de investimento (a)	-	11.359	-	11.359
Banco Fator S/A	CDB (b)	7.125	11.012	7.125	11.012
Banco Fibra S/A	CDB (b)	11.029	10.886	11.029	10.886
Banco Daycoval	CDB (b)	7.705	7.496	7.705	7.496
Bicbanco	CDB (b)	7.739	7.526	7.739	7.526
Banco Paulista	CDB (b)	6.391	6.210	6.391	6.210
Banco Sofisa	CDB (b)	5.239	5.148	5.239	5.148
Banco Pine	CDB (b)	5.749	5.655	5.749	15.108
Total de caixa e equivalentes de caixa		60.945	107.932	64.443	126.653

(a) Trata-se de aplicações em fundos de investimento com rentabilidade vinculada a variação do CDI. No trimestre findo em 31 de março de 2011 os rendimentos variaram entre 2,57% a 2,63% no período.

(b) Trata-se de aplicações em CDB com remuneração que varia de 103% a 110% do CDI.

A Companhia e suas controladas podem resgatar imediatamente essas aplicações sem ônus ou restrição. Devido a essas características, a Companhia decidiu classificá-las como equivalentes de caixa.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Modalidade	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
		31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Banco BMG S/A	(a)	5.579	5.429	5.579	5.429
Banco PINE S/A	(b)	-	-	3.374	5.398
Outras aplicações		-	-	117	-
Total de aplicações financeiras		5.579	5.429	9.070	10.827

(a) Refere-se à aplicação financeira vinculada ao financiamento existente junto ao Banco BMG S/A, cujo vencimento esta previsto para 28 de abril de 2011. A rentabilidade da aplicação é de 104% do CDI.

(b) Refere-se à aplicação em CDB com rentabilidade de 50% do CDI.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS	41.092	11.800	41.092	11.800
Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S/A	5.108	873	5.108	873
Cooperativas de produtores rurais	1.683	1.683	1.683	1.683
Outros clientes	7.982	11.089	27.584	15.643
Subtotal	55.865	25.445	75.467	29.999
(-) Provisão para perdas multas PETROBRAS	-	(11.454)	-	(11.454)
(-) Provisão para perdas multas REFAP S/A	(629)	(629)	(629)	(629)
(-) Provisão para perdas outros	(3.924)	(3.924)	(4.569)	(4.648)
Total de contas a receber de clientes	51.312	9.438	70.269	13.268

A Companhia e suas controladas, em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 não possuíam nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente no contas a receber.

Em 8 de julho de 2008, a Companhia ingressou com medida judicial contra a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (“Petrobras”), pleiteando: (i) o recebimento de valores previstos em contrato e devidos pela Petrobras, no montante de R\$ 11.454, que encontravam-se registrados no ativo não circulante; e (ii) a inexigibilidade da cobrança de multas imputadas pela Petrobras, contra a Companhia, no montante de R\$ 131 milhões, que não foram registradas, uma vez que a Companhia e seus assessores legais consideravam como possível a eventualidade de qualquer perda.

Em 02 de março de 2011 foi assinado um Termo de Transação para Resolução de Litígio (“Termo”) com a Petrobras extinguindo o processo acima mencionado. Com base no referido Termo, a Companhia e a Petrobras, sem que isso represente qualquer consideração acerca do mérito da ação e da reconvenção apresentada, decidiram renunciar reciprocamente à cobrança de multas de parte a parte, relativas aos Contratos de Compra e Venda de Biodiesel celebrado entre as mesmas.

A celebração desse Termo representa o fim do processo referente à cobrança de multas contratuais, e como consequência a constituição de provisão, em 31 de dezembro de 2010, do valor contábil das multas contratuais registradas a favor da Companhia contra a Petrobras, no montante de R\$ 11.454. Adicionalmente, a Companhia restituirá a Petrobras o valor dos adiantamentos recebidos em dezembro de 2007, no montante original de R\$ 14.181, reajustados a 120% do CDI, cujo saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 20.576, conforme mencionado na nota explicativa nº 17.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
A vencer:				
Até 30 dias	51.016	9.113	57.068	10.894
De 31 a 90 dias	-	-	11.928	886
De 91 a 180 dias	-	-	928	979
Subtotal	51.016	9.113	69.924	12.759
Vencidos:				
Até 30 dias	-	-	-	292
De 31 a 90 dias	1	-	24	21
De 91 a 180 dias	-	-	141	-
Acima de 180 dias	4.848	16.332	5.378	16.927
Total	55.865	25.445	75.467	29.999

As movimentações na provisão para crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes são as seguintes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Saldo inicial	16.007	23.509	16.731	23.509
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas	-	211	6	935
Valores baixados no período como incobráveis	-	-	(63)	-
Valores recuperados no período	-	-	(22)	-
Valor compensado com contas a receber	(11.454)	(7.713)	(11.454)	(7.713)
Saldo final	4.553	16.007	5.198	16.731

6. TÍTULOS A RECEBER

	Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/03/2011	31/12/2010
Venda de terras	85.027	77.850
Venda de outros ativos	7.829	8.673
(-) Ajuste a valor presente	(9.569)	(10.545)
Outros valores	-	395
Total de títulos a receber	83.287	76.373
Circulante	(23.679)	(22.799)
Não circulante	59.608	53.574

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

Os títulos a receber pela venda de terras referem-se à alienação, em setembro de 2010, da fazenda situada no município de Edéia (GO), antiga propriedade da controlada Maeda S.A. Agroindustrial, que serão recebidos em parcelas até novembro de 2016 e estão indexados pela variação do preço do ATR - Açúcar Total Recuperável, divulgado pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de S. Paulo - CONSECANA. A Maeda teve direito aos valores pelo arrendamento dessas terras até dezembro de 2010.

Os títulos a receber foram descontados a valor presente no reconhecimento inicial, quando aplicável (basicamente para as parcelas de vencíveis há longo prazo), mesmo no caso de estarem indexados à variação de preço, como no caso citado acima; nesses casos, foi considerada uma taxa de juros “real” (sem estimativa de inflação) para o cálculo do desconto.

A taxa utilizada é a variação do ATR (Açúcar Total Recuperável), fixado pelo CONSECANA foram as seguintes:

ATR contrato	0,36825
ATR média da safra	0,40220
Variação ATR	9,2193%

7. ESTOQUES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Matéria-prima e insumos	24.469	27.342	63.919	84.940
Matéria-prima em poder de terceiros	11.916	21.316	11.916	20.729
Produtos em processo	1.245	665	1.245	665
Produtos acabados	23.204	25.777	40.275	34.512
(-) Provisão para perda de estoques	-	-	(7.778)	(7.778)
Adiantamentos a fornecedores	26.951	12.044	47.061	28.471
Outros estoques	227	91	3.527	5.531
Total dos estoques	88.012	87.235	160.165	167.070
Circulante	(81.944)	(87.235)	(150.796)	(163.770)
Não circulante	6.068	-	9.369	3.300

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, inferiores ao valor de realização. Quando aplicável, é constituída uma provisão para redução ao valor líquido de realização dos estoques.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

As movimentações na provisão para perdas de estoques são as seguintes:

	<u>Controladora (BR GAAP)</u>		<u>Consolidado (BR GAAP e IFRS)</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo inicial	-	852	7.778	8.630
Valores baixados contra estoques	-	(852)	-	(852)
Saldo final	-	-	7.778	7.778

8. ATIVOS BIOLÓGICOS

Em 31 de março de 2011, a Companhia explora suas atividades agrícolas em cerca de 460 hectares de terras próprias (informação não revisada pelos auditores), localizadas no estado da Bahia, desenvolvendo a cultura de pinhão-manso, e através de sua controlada Maeda S.A. Agroindustrial, em cerca de 74.000 hectares (informação não revisada pelos auditores) de terras cultiváveis, entre terras próprias e de terceiros. As áreas exploradas pela Maeda estão, localizadas nos Estados de Mato Grosso, Goiás e Bahia, e nelas são cultivadas, substancialmente, culturas temporárias, com destaque para algodão, soja e milho.

Adicionalmente, a investida indireta Tropical BioEnergia S.A. possui lavouras de cana-de-açúcar, cultivadas no Estado de Goiás, que utiliza como matéria-prima em seu processo industrial. O cultivo da cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (“soqueira”) continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente, dando em média cinco safras.

O valor justo dos ativos biológicos da Companhia e suas controladas representam o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas pela administração das Companhias.

As terras próprias em que as lavouras estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

- (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em kg para a cultura de pinhão-manso, sacas de 60 kg para a soja e o milho, arrobas para o algodão em caroço e em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável) para a Cana-de-açúcar; e (ii) do preço do mercado futuro de cada produto, quando disponível. Especificamente a cultura de pinhão-manso, por se tratar de uma cultura ainda incipiente, não dispõe de fontes públicas de informação sobre preços para comercialização, sendo os valores utilizados obtidos localmente.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

- (b) O preço do algodão em caroço (produto agrícola da lavoura de algodão) foi obtido por meio da decomposição do preço disponível para a pluma de algodão (*commoditie*), menos os custos do beneficiamento (descaroçamento) e dos preços atribuíveis aos subprodutos (caroço e fibrília).
- (c) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cultura (tratos culturais) até a colheita, (ii) custos com a colheita/corte, carregamento e transporte - CCT, (iii) custo de capital (aluguel das terras e de máquinas e equipamentos), e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.
- (d) Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia e suas controladas determinam os fluxos de caixa futuros a serem gerados e calcula os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contra partida a rubrica de “Variação no valor justo dos ativos biológicos” no resultado do período.
- (e) O modelo e as premissas utilizados na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

	Controladora	Consolidado						
	Pinhão manso	Pinhão manso	Algodão	Soja	Milho	Cana-de-açúcar (i)	Outros	Total
Saldo inicial de ativos biológicos a valor justo	4.886	5.570	23.498	47.897	1.562	24.346	1.951	104.824
Transferencia de lavoura em formação para lavoura formada	-	-	92	757	-	26	375	1.250
Aumentos decorrentes de plantio e tratos	-	-	35.787	20.698	3.351	398	946	61.180
Reduções decorrentes de colheitas/perdas	-	-		(38.717)	-	-	-	(38.717)
Varição no valor justo	87	87	2.214	4.817	2.350	(95)	3.843	13.216
Ativos biológicos a valor justo	4.973	5.657	61.591	35.452	7.263	24.675	7.115	141.753
Lavouras avaliadas ao custo de formação	115	115	102	3.492	-	-	125	3.834
Ativo Biológico ao final do exercício	<u>5.088</u>	<u>5.772</u>	<u>61.693</u>	<u>38.944</u>	<u>7.263</u>	<u>24.675</u>	<u>7.240</u>	<u>145.587</u>
Circulante								(115.140)
Não Circulante								<u>30.447</u>

As lavouras de pinhão manso e cana-de-açúcar (i) são consideradas culturas permanentes, por produzirem por períodos maiores. A cultura de pinhão-manso produz em média durante 15 anos, e as culturas de cana de açúcar por um período de até 5 anos e, por esse motivo são classificadas nos ativos biológicos do grupo não circulante. Por outro lado, dado o curto ciclo produtivo das demais culturas (substancialmente temporárias), em média inferiores a seis meses, as mesmas são classificadas nos ativos biológicos no circulante.

Determinadas lavouras plantadas no final do exercício corrente, devido à pequena transformação biológica que ocorre entre o período do plantio e a data-base das demonstrações financeiras e pelo fato dos custos incorridos nesse período não serem significativos, são avaliados pelo custo acumulado de plantio e manutenção, uma vez que esse montante se aproxima de seu valor justo.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
ICMS	2.423	3.480	19.012	19.839
(-) Provisão para perdas na realização do ICMS (a)	-	-	(7.100)	(7.100)
COFINS (b)	19.430	19.584	24.030	23.963
PIS (b)	4.201	4.236	5.158	5.162
IRPJ e CSLL	6.683	7.306	8.593	10.228
IRRF	3.334	2.678	3.629	3.167
Outros impostos	248	248	347	347
Total de impostos a recuperar	36.319	37.532	53.669	55.606
Circulante	(12.512)	(13.536)	(21.721)	(23.017)
Não circulante	23.807	23.996	31.948	32.589

(a) Em 2010, a controlada Maeda S.A. Agroindustrial reavaliou seus planos para a realização dos créditos de ICMS e, considerando suas atuais perspectivas e definições para utilização dos mesmos, ou seja, por meio de transferências/alienação para terceiros, registrou provisão para perdas no montante de R\$ 7.100, que reflete suas melhores estimativas de descontos nas futuras negociações.

(b) Refere-se principalmente a créditos oriundos da aquisição de insumos e matéria-prima, bem como da utilização de serviços relativos ao processo de produção de biodiesel (fretes e energia elétrica). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia protocolou pedido de restituição dos créditos existentes e aguarda manifestação da Secretaria da Receita Federal.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Natureza e expectativa de realização dos tributos diferidos

	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<u>Créditos tributários – Ativo não circulante</u>		
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	8.360	6.962
Contribuição social sobre base negativa acumulada	3.010	2.506
Tributos sobre diferenças temporárias:		
Tributos com exigibilidade suspensa	1.829	1.631
Provisão para estoque a valor de mercado	163	820
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6	43
Provisão para contingências para impairment	3.664	3.857
Ajuste a valor presente de recebíveis a longo prazo	3.254	3.585
Instrumentos financeiros derivativos	1.528	1.487
Outras provisões temporárias	<u>2.750</u>	<u>4.681</u>
Total	24.564	25.572
<u>Débitos tributários – Passivo não circulante</u>		
Tributos sobre diferenças temporárias:		
Reserva de reavaliação de ativos	19.224	19.406
Depreciação acelerada incentivada	4.263	4.178
Valor justo dos ativos biológicos	9.604	4.834
Vendas de imóveis a prazo	25.422	25.422
Ajuste a valor presente sobre insumos	239	769
Outras provisões temporárias	<u>1.368</u>	<u>2.975</u>
	60.120	57.584

O imposto de renda e contribuição social diferidos são oriundos da incorporação da Maeda.

Os créditos oriundos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa acumulada da contribuição social sobre o lucro serão compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% desses lucros, tendo sido contabilizados no ativo circulante e não circulante, considerando as expectativas de realização da administração para os próximos anos.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social na controladora Brasil Ecodiesel

Até o trimestre findo em 31 de março de 2010, a Companhia e algumas controladas apresentou prejuízos fiscais acumulados para os quais não foi constituído ativo de impostos diferidos, por não haver histórico de rentabilidade. Devido à ausência de base histórica de lucratividade, fica prejudicada a determinação da capacidade de geração de benefícios futuros em bases confiáveis para suportar o registro de impostos diferidos ativos, conforme exigido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

Imposto de renda e contribuição social na controlada Maeda

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, associadas a ajustes decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos e os impostos diferidos ativos sobre as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	<u>Controladora (BRGAAP)</u>		<u>Consolidado (BRGAAP e IFRS)</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(865)	20.093	5.506	20.093
Taxa nominal	34%	34%	34%	34%
	294	(6.832)	(1.872)	(6.832)
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:				
• De equivalência patrimonial de controladas	950	(344)	-	-
Incentivo fiscal de imposto de renda	-	468	-	468
Créditos não constituídos	(1.244)	-	(4.499)	-
Compensação de prejuízos fiscais	-	2.049	-	2.049
Outros	-	558	-	214
Tributos no resultado	-	(4.101)	(6.371)	(4.101)

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

11. ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

	31/03/2011			31/12/2010		
	Adiantamento para futuro aumento de capital	Provisão para perda em investimentos	Saldo	Adiantamento para futuro de capital	Provisão para perda em investimentos	Saldo
Bonanza Agroindustrial Ltda.	2	(2)	-	-	-	-
Jaicós Agrícola Ltda.	2	(2)	-	-	-	-
Bora-bora Agroindustrial Ltda.	2	(2)	-	-	-	-
Burití Agrícola Ltda.	12.089	(5.696)	6.393	10.963	(4.179)	6.784
Capão da Canoa Agro-industrial Ltda.	146	(142)	4	146	(142)	4
Crateús Algodoeira S.A.	3.406	(1.884)	1.522	3.390	(1.800)	1.590
Erebango Agroindustrial Ltda.	802	(793)	9	800	(792)	8
Ecotrans Transporte, Serviços e Locação de Equipamentos e Máquinas Ltda.	438	-	438	447	-	447
Gustavia Agroindustrial Ltda.	501	(496)	5	499	(494)	5
Montana Agroindustrial Ltda.	119	(67)	52	117	(65)	52
Mocuri Agrícola Ltda.	173	(5)	168	166	-	166
Piatã Agrícola Ltda.	26	-	26	23	-	23
Rede de Compras Interm. de Neg., Com. de Prod. e Insumos Agrícolas Ltda.	3	-	3	2	-	2
Total	17.709	(9.089)	8.620	16.553	(7.472)	9.081

Referem-se a adiantamentos para as controladas para posterior aumento de capital/investimento. Não há prazo determinado para a capitalização desses adiantamentos, bem como não incidem encargos financeiros sobre os mesmos.

Os adiantamentos para futuro de capital estão deduzidos da provisão para perda em investimentos, quando aplicável.

12. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010
Bora-Bora Agroindustrial Ltda.	-	1
Mocuri Agrícola Ltda.	6	21
Piatã Agrícola Ltda.	234	260
Ecotrans Transporte, Serviços e Locação de Equipamentos e Máquinas Ltda.	4.179	4.200
Rede de Compras Interm. de Neg., Com. de Prod. e Insumos Agrícolas Ltda.	53	57
Maeda S.A. Agroindustrial	45.625	41.009
Ágio - Aquisição da Maeda S.A. Agroindustrial	277.350	278.863
Total de investimentos	327.447	324.411

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

Ágio - Aquisição da Maeda S.A. Agroindustrial

Em 23 de dezembro de 2010, após aprovação pelo Conselho de Administração e deliberação pela Assembléia Geral Extraordinária, a Companhia realizou operação de incorporações de ações da empresa Maeda S.A. Agroindustrial. Para realização dessa operação, homologou aumento de capital social, no valor de R\$ 320.140, mediante a emissão de 358.942 mil novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram subscritas ao preço de emissão de R\$ 0,89 por ação. O aumento de capital foi integralizado mediante a incorporação de 100% das ações da Maeda S.A. Agroindustrial.

As demonstrações financeiras utilizadas para a operação de Incorporação das ações da companhia e realização dos registros contábeis decorrentes são demonstradas abaixo:

Ativo	Controladora	Consolidado	Passivo e patrimônio líquido	Controladora	Consolidado
	31/12/2010	31/12/2010		31/12/2010	31/12/2010
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	7.582	18.718	Fornecedores	78.657	82.870
Títulos e valores mobiliários	5.398	5.398	Empréstimos e financiamentos	109.454	136.329
Contas a receber de clientes	2.204	3.830	Salários e encargos sociais	3.468	4.827
Estoques	57.460	69.824	Tributos a recolher e parcelados	7.771	8.187
Ativos biológicos	75.375	76.132	Imposto de renda e contribuição social	-	836
Títulos a receber	22.931	22.799	Adiantamentos de clientes	5.470	5.898
Imposto de renda e contribuição social	2.402	2.921	Instrumentos financeiros derivativos	3.074	4.092
Tributos a recuperar	598	6.172	Títulos a pagar	4.130	5.028
Outros ativos	767	1.049	Partes relacionadas	13.467	10.501
Total do circulante	174.717	206.843	Dívida com a União - PESA	2.784	2.784
			Outros passivos	1.599	2.446
			Total do circulante	229.874	263.798
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo:			Fornecedores	33.305	33.305
Ativos não circulantes mantidos para venda	840	840	Empréstimos e financiamentos	66.284	109.008
IR e CS Diferidos	20.891	25.572	Dívida com a União - PESA	13.871	13.871
Estoques	-	3.300	Tributos parcelados	26.172	26.963
Partes relacionadas	10.230	431	IR e CS Diferidos	54.609	57.584
Tributos a recuperar	7.413	8.593	Partes relacionadas	-	1.018
Títulos a receber	53.574	53.574	Provisão para contingências e tributos	16.022	16.022
Outros ativos	1.217	1.577	Outros passivos	2.415	-
Total do realizável a longo prazo	94.165	93.887	Total do não circulante	212.678	257.771
Ativos biológicos	-	24.372	Patrimônio Líquido		
Investimentos	32.355	-	Capital social	153.583	153.583
Imobilizado	180.507	235.481	Reserva de reavaliação	37.670	37.670
Intangível	1.817	1.988	Prejuízos acumulados	(150.244)	(150.244)
Total do não circulante	308.844	355.728	Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas controladores	41.009	41.009
			Participação dos não controladores	-	(7)
Total do ativo	483.561	562.571	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	483.561	562.571

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

O valor de aquisição da Maeda S.A. Industrial foi composto da seguinte forma da data da operação:

	Controladora 31/12/2010
Investimentos	41.277
Mais valia das terras - Maeda	36.598
Mais valia das terras - Investida indireta Jaborandi Propriedades Agrícolas Ltda.	8.575
Intangíveis relacionados a contratos de arrendamento de terras	4.632
Intangíveis decorrentes de relacionamento com clientes	16.416
Ágio sobre rentabilidade futura	212.642
Total do ágio	278.863
Total dos investimentos na Maeda S.A. Agroindustrial	320.140

Movimentação do ágio no trimestre findo em 31 de março de 2011

	Vida útil	Saldo 31/12/2010	Amortização	Saldo 31/03/2011
Mais valia das terras - Maeda	Indefinida	36.598	-	36.598
Mais valia das terras - Investida indireta Jaborandi Propriedades Agrícolas Ltda.	Indefinida	8.575	-	8.575
Intangíveis relacionados a contratos de arrendamento de terras	8 anos	4.632	(145)	4.487
Intangíveis decorrentes de relacionamento com clientes	3 anos	16.416	(1.368)	15.048
Ágio sobre rentabilidade futura	Indefinida	212.642	-	212.642
Total		278.863	(1.513)	277.350

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

Informações sobre as investidas para o trimestre findo em 31 de março de 2011

	Percentual de participação	Patrimônio		Receita líquida	Lucro / (Prejuízo) do período	Efeito no resultado da controladora	
		Ativo	Passivo				
Buriti Agrícola Ltda.	100,00%	12.962	18.658	(5.696)	-	(1.517)	(1.540)
Jaicós Agrícola Ltda.	99,19%	-	2	(2)	-	(2)	(2)
Bonanza Agroindustrial Ltda.	100,00%	-	2	(2)	-	(2)	(2)
Bora-Bora Agro-industrial Ltda.	100,00%	1	2	(1)	-	(2)	(2)
Capão da Canoa Agroindustrial Ltda.	100,00%	4	146	(142)	-	-	-
Crateús Algodoeira S.A.	99,48%	-	1.894	(1.894)	-	(72)	(71)
Erebango Agroindustrial Ltda.	100,00%	9	802	(793)	-	(1)	(1)
Gustavia Agroindustrial Ltda.	100,00%	5	500	(495)	-	-	-
Mocuri Agrícola Ltda.	99,94%	178	172	6	-	(15)	(15)
Piatã Agrícola Ltda.	99,95%	456	222	234	-	(26)	(26)
Ecotrans Transporte Ltda.	99,98%	6.016	1.840	4.176	-	(42)	(21)
Rede de Compras Ltda.	99,97%	55	3	52	-	(4)	(4)
Montana Agroindustrial Ltda.	100,00%	52	119	(67)	-	(2)	(2)
Maeda S.A. Agroindustrial	100,00%	594.687	549.064	45.623	60.364	4.481	4.481

	Percentual de participação	Patrimônio		Receita Líquida	Lucro / (Prejuízo) do período	Efeito no resultado da controladora	
		Ativo	Passivo				
Buriti Agrícola Ltda.	100,00%	16.542	19.535	(2.993)	-	(469)	(469)
Jaicós Agrícola Ltda.	99,19%	-	-	-	-	-	-
Bonanza Agroindustrial Ltda.	100,00%	-	-	-	-	-	-
Bora-Bora Agro-industrial Ltda.	100,00%	1	2	(1)	-	-	-
Capão da Canoa Agroindustrial Ltda.	100,00%	4	145	(141)	-	-	-
Crateús Algodoeira S.A.	99,48%	2.029	3.754	(1.725)	-	(90)	(90)
Erebango Agroindustrial Ltda.	100,00%	9	800	(791)	-	-	-
Gustavia Agroindustrial Ltda.	100,00%	6	501	(495)	-	-	-
Mocuri Agrícola Ltda.	99,94%	224	304	(80)	-	(14)	(14)
Piatã Agrícola Ltda.	99,95%	482	767	(285)	-	(4)	(4)
Ecotrans Transporte Ltda.	99,98%	6.150	10.628	(4.478)	-	(34)	(34)
Rede de Compras Ltda.	99,97%	2.687	5.480	(2.793)	-	(82)	(82)
Montana Agroindustrial Ltda.	100,00%	52	117	(65)	-	-	-

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

A movimentação dos investimentos em controladas, para os trimestres findos em 31 de março de 2010 e de 2011, apresentado nas demonstrações financeiras individuais é como segue:

Movimentação – 31/03/2011

	Saldos	Provisão para perdas (*)	Equivalência patrimonial	Efeito reflexo dos pagamentos	Amortização ágio na aquisição	Saldos investimentos	Provisão Para perdas (*)
	31/12/2010	31/12/2010	31/03/2011	baseados em ações	investimentos	31/03/2011	31/03/2011
Buriti Agrícola Ltda.	-	(4.179)	(1.540)	-	-	-	(5.719)
Bonanza Agroindustrial Ltda.	-	-	(2)	-	-	-	(2)
Bora-Bora Agr-industrial Ltda.	1	-	(2)	-	-	-	(1)
Capão da Canoa Agroindustrial Ltda.	-	(142)	-	-	-	-	(142)
Crateús Algodoeira S.A.	-	(1.800)	(71)	-	-	-	(1.871)
Erebango Agroindustrial Ltda.	-	(792)	(1)	-	-	-	(793)
Gustavia Agroindustrial Ltda.	-	(494)	-	-	-	-	(494)
Mocuri Agrícola Ltda.	21	-	(15)	-	-	6	-
Piatã Agrícola Ltda.	260	-	(26)	-	-	234	-
Ecotrans	4.200	-	(21)	-	-	4.179	-
Rede de Compras	57	-	(4)	-	-	53	-
Montana Agroindustrial Ltda.	-	(65)	(2)	-	-	-	(67)
Maeda S.A. Agroindustrial	41.009	-	4.481	135	-	45.625	-
Ágio pela aquisição da Maeda	278.863	-	-	-	(1.513)	277.350	-
Total dos investimentos	324.411	(7.472)	2.797	135	(1.513)	327.447	(9.089)

Movimentação – 31/03/2010

	Saldos investimentos	Provisão para perdas (*)	Equivalência patrimonial	Saldos investimentos	Provisão Para perdas (*)
	31/12/2009	31/12/2009	31/03/2010	31/03/2010	31/03/2010
Buriti Agrícola Ltda.	384	-	(924)	-	(540)
Bora-Bora Agr-industrial Ltda.	1	-	-	1	-
Capão da Canoa Agroindustrial Ltda.	-	(141)	-	-	(141)
Crateús Algodoeira S.A.	-	(1.628)	(89)	-	(1.717)
Erebango Agroindustrial Ltda.	-	(791)	-	-	(791)
Gustavia Agroindustrial Ltda.	-	(495)	-	-	(495)
Mocuri Agrícola Ltda.	67	-	(14)	53	-
Piatã Agrícola Ltda.	282	-	(4)	278	-
Ecotrans	4.426	-	(34)	4.392	-
Rede de Compras	58	-	52	110	-
Montana Agroindustrial Ltda.	-	(65)	-	-	(65)
Total dos investimentos	5.218	(3.120)	(1.013)	4.834	(3.749)

(*) Apresentada como redução dos adiantamentos para futuro de capital, conforme nota nº 11.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

13. IMOBILIZADO

Controladora

	31/03/2011		31/12/2010		Taxa média ponderada de depreciação(%)
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Fazendas	5.378	-	5.378	5.378	-
Edificações	34.184	(5.893)	28.291	28.758	4
Instalações industriais – usinas	143.120	(44.923)	98.197	99.608	5
Esmagadora - Iraquara e São Luiz Gonzaga	57.386	(3.220)	54.166	54.166	9
Máquinas e equipamentos	2.868	(774)	2.094	1.839	6
Móveis e utensílios	1.457	(545)	912	934	10
Veículos	3.294	(1.842)	1.452	1.647	20
Imobilizações em andamento	7.409	-	7.409	7.409	-
Outros imobilizados	1.804	(677)	1.127	1.023	4 a 20
Total do imobilizado	256.900	(57.874)	199.026	200.762	

Consolidado

	31/03/2011		31/12/2010		Taxa média ponderada de depreciação(%)
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Fazendas	144.757	-	144.757	144.757	-
Edificações	60.830	(8.364)	52.466	53.311	4
Instalações industriais – usinas	143.136	(44.333)	98.803	99.618	5
Esmagadora - Iraquara e São Luiz Gonzaga	57.386	(3.814)	53.572	54.167	9
Máquinas e equipamentos	93.874	(16.482)	77.392	79.093	6
Implementos agrícolas	1.637	(1.019)	618	659	-
Móveis e utensílios	4.243	(1.412)	2.831	2973	10
Veículos	9.807	(6.412)	3.395	3.785	20
Núcleo Produção Santa Clara	11.034	(6.777)	4.257	4.634	10
Imobilizações em andamento	8.517	-	8.517	8.926	-
Outros imobilizados	50.350	(12.654)	37.696	37.510	4 a 20
Total do imobilizado	585.571	(101.267)	484.304	489.433	

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

A seguir estão apresentadas as movimentações:

Controladora

<u>Custo</u>	<u>Fazendas</u>	<u>Edificações</u>	<u>Instalações Industriais Usinas</u>	<u>Esmagadoras - Iraquara e São Luis Gonzaga</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Imobilizações em andamento (esmagadora Tocantins)</u>	<u>Outros imobilizados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	5.378	33.848	142.908	57.386	2.550	1.449	3.341	7.409	1.644	255.913
Adições	-	336	212	-	318	8	24	-	160	1.058
Baixas	-	-	-	-	-	-	(71)	-	-	(71)
Saldo em 31 de março de 2011	<u>5.378</u>	<u>34.184</u>	<u>143.120</u>	<u>57.386</u>	<u>2.868</u>	<u>1.457</u>	<u>3.294</u>	<u>7.409</u>	<u>1.804</u>	<u>256.900</u>
<u>Depreciação acumuladas</u>										
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(5.090)	(43.300)	(3.220)	(711)	(515)	(1.694)	-	(621)	(55.151)
Despesa de depreciação	-	(803)	(1.623)	-	(63)	(30)	(148)	-	(56)	(2.723)
Saldo em 31 de março de 2011	<u>-</u>	<u>(5.893)</u>	<u>(44.923)</u>	<u>(3.220)</u>	<u>(774)</u>	<u>(545)</u>	<u>(1.842)</u>	<u>-</u>	<u>(677)</u>	<u>(57.874)</u>
<u>Saldos líquidos em:</u>										
31 de dezembro de 2010	<u>5.378</u>	<u>28.758</u>	<u>99.608</u>	<u>54.166</u>	<u>1.839</u>	<u>934</u>	<u>1.647</u>	<u>7.409</u>	<u>1.127</u>	<u>200.762</u>
31 de março de 2011	<u>5.378</u>	<u>28.291</u>	<u>98.197</u>	<u>54.166</u>	<u>2.094</u>	<u>912</u>	<u>1.452</u>	<u>7.409</u>	<u>1.127</u>	<u>199.026</u>

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

Consolidado

	Fazendas	Edificações	Instalações Industriais Usinas	Esmagadoras - Iraquara e São Luis Gonzaga	Máquinas e Equipamentos	Implementos	Móveis e Utensílios	Veículos	Núcleo de Produção Sta Clara	Imobilizações em andamento	Outros imobilizados	Total
<u>Custo</u>												
Saldo em 31 de dezembro de 2010	144.757	60.470	142.922	57.386	92.765	1.637	4.209	9.892	11.034	8.926	49.868	583.866
Adições	-	358	214	-	406	-	38	151	-	683	466	2.316
Baixas	-	-	-	-	(236)	-	(1)	(100)	-	(274)	-	(611)
Transferências	-	2	-	-	939	-	(3)	(136)	-	(818)	16	-
Saldo em 31 de março de 2011	<u>144.757</u>	<u>60.830</u>	<u>143.136</u>	<u>57.386</u>	<u>93.874</u>	<u>1.637</u>	<u>4.243</u>	<u>9.807</u>	<u>11.034</u>	<u>8.517</u>	<u>50.350</u>	<u>585.571</u>
<u>Depreciação e exaustão acumuladas</u>												
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(7.159)	(43.304)	(3.219)	(13.672)	(978)	(1.236)	(6.107)	(6.400)	-	(12.358)	(94.433)
Despesa de depreciação	-	(1.205)	(1.029)	(595)	(2.810)	(41)	(176)	(305)	(377)	-	(296)	(6.834)
Saldo em 31 de março de 2011	<u>-</u>	<u>(8.364)</u>	<u>(44.333)</u>	<u>(3.814)</u>	<u>(16.482)</u>	<u>(1.019)</u>	<u>(1.412)</u>	<u>(6.412)</u>	<u>(6.777)</u>	<u>-</u>	<u>(12.654)</u>	<u>(101.267)</u>
Saldos líquidos em:												
31 de dezembro de 2010	<u>144.757</u>	<u>53.311</u>	<u>99.618</u>	<u>54.167</u>	<u>79.093</u>	<u>659</u>	<u>2.973</u>	<u>3.785</u>	<u>4.634</u>	<u>8.926</u>	<u>37.510</u>	<u>489.433</u>
31 de março de 2011	<u>144.757</u>	<u>52.466</u>	<u>98.803</u>	<u>53.572</u>	<u>77.392</u>	<u>618</u>	<u>2.831</u>	<u>3.395</u>	<u>4.257</u>	<u>8.517</u>	<u>37.696</u>	<u>484.304</u>

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

14. INTANGÍVEL

Controladora

	31/03/2011		31/12/2010		Taxa anual de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Direitos de uso de softwares	743	(313)	430	275	20%
Outros intangíveis	26	-	26	26	-
Total	769	(313)	456	301	

Consolidado

	31/03/2011		31/12/2010		Taxa anual de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Ágio					
Ágio na aquisição não amortizável	167.209	-	167.209	167.209	Indefinida
Ágio decorrente de contratos de arrendamento de terras	4.632	(145)	4.487	4.632	12,50%
Ágio decorrente de relacionamento com clientes	16.416	(1.368)	15.048	16.416	33,33%
Ágio decorrente de mais valia de terras em investidas indiretas	45.433	-	45.433	45.433	Indefinida
Total do ágio	233.690	(1.513)	232.177	233.690	
Outros intangíveis					
Direitos de uso de softwares	2.624	(1.633)	991	619	20%
Outros intangíveis	1.405	-	1.405	1.676	-
Total de outros intangíveis	4.029	(1.633)	2.396	2.295	
Total de intangíveis	237.719	(3.146)	234.573	235.985	

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Insumos Agrícolas				
<u>Em moeda estrangeira</u>				
Varição do dólar estadunidense	-	-	55.660	57.697
(-) Ajuste a valor presente	-	-	(1.870)	(2.186)
<u>Em moeda nacional</u>				
Sem encargos			34.109	37.457
(-) Ajuste a valor presente	-	-	(254)	(303)
Diversos Sem encargos	<u>4.878</u>	<u>4.087</u>	<u>26.398</u>	<u>28.117</u>
Total	<u>4.878</u>	<u>4.087</u>	<u>114.043</u>	<u>120.782</u>
Circulante	<u>(4.878)</u>	<u>(4.087)</u>	<u>(82.889)</u>	<u>(87.477)</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>31.154</u>	<u>33.305</u>

O saldo de fornecedores da controladora é demonstrado pelos valores nominais, por não possuir nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

O saldo de fornecedores da controlada Maeda está garantido por notas promissórias e avais de acionistas, a controlada Maeda efetua o cálculo do AVP sobre a compra dos insumos para as compras com prazo acima de 90 dias utilizando a taxa de desconto mais relevante nas captações mensais.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Em moeda nacional						
MODERMAQ	TJLP + 6,00% a TJLP + 13,90%	15/08/2010 a 15/05/2013	375	501	375	501
CCB	Juros de 120% CDI	12/06/2014 a 30/07/2014	51.311	55.228	51.311	55.228
Capital de giro	Variação do CDI e juros de 4% a 17,13% a.a	20/08/2014	-	-	122.561	96.973
Reestruturação	Variação do CDI e juros de 5,20% a.a.	31/05/2011 a 06/01/2016	-	-	29.659	-
Finame	4,50% a 8,50% a.a	15/07/2012 a 15/09/2019	-	-	5.602	3.557
Ativo fixo	UTTJLP-314 + juros e comissão de 3,45 a 3,55% a.a.	15/03/2013 a 15/10/2017	-	-	22.419	23.084
Ativo fixo	UMBNDDES-590 + juros e comissão de 3,25% a.a.	15/10/2017	-	-	1.316	1.391
Finame	TJLP + juros de 6% a 12,40% a.a.	15/09/2019	-	-	1.147	799
Financiamento Rural	7,23% a 8,50% a.a	31/10/2011	-	-	9.652	7.233
Ativo fixo	Variação da TR + 8% a.a	19/04/2011	-	-	-	20.934
Ativo fixo	Variação do IGPM + 6% a.a	30/04/2011 a 31/05/2015	-	-	525	499
Em moeda estrangeira						
ACC - Pré-exportação	Variação do US\$ dólar, 4,5% a.a + Libor 12M	31/10/2012	-	-	4.385	4.428
Acc - Pré Pagamento	Variação do US\$ dólar + juros de 2,12% a 8,75% a.a	22/03/2011 a 23/12/2011	-	-	53.525	61.310
Comprar em US\$	Variação do US\$ dólar + 8,04% a.a	18/10/2011	-	-	4.995	5.010
ACC - Pré-exportação	Variação do US\$ dólar 2,2% a.a + Libor 6M	31/01/2014	-	-	10.948	11.199
Pré-exportação	Variação do US\$ dólar e juros de 2,12% ao ano	02/03/2012	-	-	-	8.398
	Outros valores	-	-	-	1	521
	Total		51.686	55.729	318.421	301.065
	Passivo circulante		(16.051)	(16.457)	(215.974)	(152.786)
	Passivo não circulante		35.635	39.272	102.447	148.279

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

Os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2012	11.805	15.624	29.675	50.552
2013	15.687	15.549	36.406	36.266
2014	8.143	8.099	17.941	24.513
2015	-	-	14.460	16.387
Após 2015	-	-	3.965	20.561
Total	<u>35.635</u>	<u>39.272</u>	<u>102.447</u>	<u>148.279</u>

Garantias

Os financiamentos da modalidade MODERMAQ são garantidos por alienação fiduciária dos bens e por nota promissória em nome da Companhia, a qual possui obrigação de contratar seguro dos bens financiados até a quitação total dos financiamentos.

Os empréstimos da modalidade CCB – Cédula de Crédito Bancário estão garantidos por cessão fiduciária de créditos e hipoteca dos seus parques industriais localizados nas cidades de Porto Nacional/TO, Rosário do Sul/RS e Floriano/PI e alienação fiduciária da sua planta esmagadora localizada na cidade de Iraquara/BA.

Em garantia aos empréstimos e financiamentos da controladora Maeda S.A Agroindustrial são oferecidos: alienação fiduciária de bens objeto dos empréstimos, hipoteca de imóveis, penhor mercantil de caroço de algodão, algodão em pluma, soja em grãos e avais dos diretores.

Covenants

Como forma de monitoramento da situação financeira da controlada Maeda S.A. Agroindustrial pelos credores envolvidos em contratos financeiros são utilizados *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívida. A Companhia realiza o acompanhamento sobre o atendimento a tais cláusulas, tendo sido observada no período em questão pela Companhia e suas controladas e/ou discutidas, pontualmente, com as respectivas instituições financeiras, para obtenção de renúncia/perdão formal (“waiver”), quando aplicável.

Contudo, em 31 de março de 2011, a Controlada Maeda S.A. Agroindustrial apresenta contrato de financiamento, no montante de R\$ 18.417 (equivalente a US\$ 11.308), integralmente registrado no passivo circulante, pela quebra de covenants originais, para os quais ainda não foram formalizados “waivers” até a data de emissão dessas demonstrações financeiras; entretanto, essa controlada segue renegociando o contrato e não prevê que essas obrigações sejam exigidas de forma imediata.

Nesse mesmo contexto, o consolidado inclui a classificação de R\$ 22.862 de financiamentos provenientes da controlada em conjunto, Tropical BioEnergia S.A., também por conta de

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

cláusulas restritivas pontualmente não atendidas; no caso da Tropical, a administração já obteve “waiver” para o principal financiamento em questão e, assim, essas obrigações originalmente de longo prazo voltarão a ser registrada no passivo não circulante a partir da data de concessão do referido “waiver” (9 de maio de 2011).

17. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	<u>Controladora (BR GAAP)</u>		<u>Consolidado (BR GAAP e IFRS)</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2009</u>
Adiantamento – Petrobras (a)	17.683	20.576	17.683	20.576
Clientes diversos	<u>71</u>	<u>68</u>	<u>12.066</u>	<u>5.966</u>
	<u>17.754</u>	<u>20.644</u>	<u>29.749</u>	<u>26.542</u>

- (a) Refere-se ao saldo do adiantamento de numerário efetuado em 07 de dezembro de 2007 pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, para a retirada de biodiesel, atualizado até a data do balanço, Conforme o Termo de Transação para Resolução de Litígio (“Termo”), firmado em 02 de março de 2011, mencionado na nota explicativa nº 5.

18. DÍVIDA COM A UNIÃO – PESA (CONSOLIDADO)

Maeda S.A. Agroindustrial

Em 1998, mediante aditivo contratual e operação de securitização, foram alongados, junto à instituição financeira federal, os vencimentos de financiamentos para custeio agrícola, sob o amparo da Resolução nº 2.471/98 do Banco Central do Brasil, no âmbito do Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA. Consoante contratos firmados, a atualização monetária desses financiamentos (IGP-M) é capitalizada para amortização no vencimento da operação, previsto para novembro de 2018, e os juros atualmente incidentes, de 3% ao ano, são liquidados a cada ano e, para fins de seu cálculo, o IGP-M incidente sobre o principal está limitado a 9,5% ao ano. A partir de 2001, a União passou a ser credora desses financiamentos, conforme Medida provisória nº 2.196/03, sem modificações nas condições pactuadas em contrato firmado junto à instituição financeira.

Em garantia desses financiamentos, foram oferecidos avais, hipotecas e bens do ativo imobilizado, bem como aplicações financeiras em Certificados do Tesouro Nacional (CTN), com vencimento igual ao dos financiamentos. Segundo as condições pactuadas, a atualização monetária pelo IGP-M e os juros de 12% ao ano dessas aplicações são capitalizados para que, no seu vencimento, o montante apurado seja igual ao montante dos financiamentos.

Devido às especificidades desse instrumento financeiro (prazo alongado e encargos subsidiados), a administração da Companhia, em linha com as novas práticas contábeis, introduzidas pela Lei 11.638/07, vem registrando o referido instrumento utilizando o

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

conceito de Ajuste a Valor Presente, calculando o valor dessa obrigação com base no fluxo de desembolsos futuros trazidos a valor presente, descontados por uma taxa de juros, referencial para a data em que a transação foi contratada, de 12% ao ano.

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)	Consolidado (BRGAAP e IFRS)
	31/03/2011	31/12/2010
Valor do principal - ajustado a valor presente	47.774	45.338
Aplicações financeiras vinculadas - CTN	(47.774)	(45.338)
Valor presente dos juros futuros	13.749	16.655
Passivo circulante	(1.005)	(2.784)
Não circulante	12.744	13.871

19. TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP E IFRS)	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
ICMS Rio Grande do Sul (a)	19.136	19.239	19.148	19.239
REFIS (b)	-	-	28.167	28.630
Outros	-	-	6.529	5.970
Total	19.136	19.239	53.844	53.839
Circulante	(4.992)	(4.991)	(13.675)	(12.628)
Não circulante	14.144	14.248	40.169	41.211

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.17, a Companhia efetuou parcelamento de ICMS do Estado do Rio Grande do Sul em 48 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em fevereiro de 2011. As parcelas são atualizadas pela variação INPC/IBGE.

(b) Refere-se basicamente ao valor de parcelamentos efetuados pela controlada Maeda S.A. Agroindustrial, conforme descrito a seguir:

Parcelamento da Lei 11.941/09 - “REFIS”

Em novembro de 2009, a controlada Maeda S.A. Agroindustrial aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - “REFIS”, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

Os valores incluídos no REFIS ainda serão homologados e passam a ser atualizados com base na taxa SELIC. Os novos débitos foram parcelados em 180 meses e as novas prestações mensais respeitam o mínimo, definido pela Lei, equivalente a 85% do valor da última parcela do mês anterior ao da edição da MP 449/08, para os parcelamentos migrados.

Movimentação do REFIS

Saldo do REFIS em 31 de dezembro de 2010	28.630
Encargos financeiros no período	663
Pagamentos no período	<u>(1.126)</u>
Saldo do REFIS em 31 de março de 2011	28.167

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

Causas	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Tributárias	361	361	15.853	16.086
Trabalhistas	1.522	1.632	2.197	2.342
Cíveis	138	104	436	402
Total	2.021	2.097	18.486	18.830

Movimentação das provisões:

Controladora

Causas	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.632	361	104	2.097
Novos processos/complementos	-	-	34	34
Baixas por pagamento	<u>(110)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(110)</u>
Saldo em 31 de março de 2011	<u>1.522</u>	<u>361</u>	<u>138</u>	<u>2.021</u>

Consolidado

Causas	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
--------	--------------	-------------	--------	-------

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.342	16.086	402	18.830
Novos processos/complementos	-	261	34	295
Baixas por pagamento/reversão	<u>(145)</u>	<u>(494)</u>	<u>-</u>	<u>(639)</u>
Saldo em 31 de março de 2011	<u>2.197</u>	<u>15.853</u>	<u>436</u>	<u>18.486</u>

As ações consideradas relevantes pela administração da Companhia são:

Causas com probabilidade de perda remota (Controladora):

Reclamações Trabalhistas – Núcleo de Produção Santa Clara

Em 02 de fevereiro de 2010, a Companhia foi notificada da existência de demandas envolvendo o reconhecimento de vínculo empregatício entre os parceiros agrícolas do Núcleo de Produção Santa Clara e a Buriti Agrícola Ltda., controlada da controlada da Companhia. Atualmente, já foram ajuizadas 307 (trezentas e sete) ações em tramitação na comarca de São Raimundo Nonato/PI com valor individual estimado em R\$ 100. A administração da Companhia não visualiza requisitos caracterizadores da relação de emprego, notadamente a subordinação jurídica, uma vez que não há ingerência da Companhia no desenvolvimento da atividade pelos parceiros rurais. A Companhia possui ainda, com cada um dos parceiros rurais, contrato individual de parceria rural, que caracteriza e normatiza as relações que são desenvolvidas. Em 2006, em processos semelhantes, a Companhia obteve sucesso, tendo sido os pleitos indeferidos. Em agosto de 2010 foi efetuada inspeção judicial no Núcleo de Produção Santa Clara, sendo que o auto de inspeção judicial é, ao nosso entender, favorável à Companhia. Em setembro de 2010 foram efetuadas as últimas audiências. Os autos foram encaminhados à Procuradoria do Trabalho da 22ª Região cujo parecer foi favorável à Companhia, opinando pela total improcedência dos pedidos dos parceiros agrícolas. Posteriormente, os autos foram chamados à conclusão, tendo o Juiz da Vara do Trabalho de São Raimundo Nonato (TRT 22ª Região) julgado totalmente improcedente os pedidos dos parceiros agrícolas. Até o presente momento, foram julgados 152 processos. Ante o exposto, a Companhia e seus assessores jurídicos entendem como possíveis às chances de perda da referida lide, portanto não foi registrada nenhuma provisão nas demonstrações financeiras.

Causas com probabilidade de perda possível (Controladora):

Reclamações Trabalhistas – Marcos César de Moraes

Em 17 de março de 2009, a Companhia foi notificada da existência da demanda pelo descumprimento de cláusula contratual com Marcos César de Moraes no montante de R\$ 5.000 (valor atual de R\$ 7.000). No segundo trimestre de 2010, a Companhia foi derrotada em 1ª instância e procedeu ao recurso. Em segunda instância, o Desembargador Relator (TRT da 24ª Região) deu provimento ao nosso recurso. Contudo, o recurso não foi provido face o julgamento desfavorável dos outros dois Desembargadores da Câmara Julgadora. Atualmente os autos estão aguardando julgamento do recurso de embargos de declaração interposto pela Companhia, visando ulterior interposição de Recurso de Revista.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

Mesmo tendo perdido o processo em 1ª e 2ª instâncias, a Companhia e seus assessores jurídicos entendem que a possibilidade de perda desse processo é possível. Dessa forma, não foi registrada nenhuma provisão nas demonstrações financeiras.

Causas com probabilidade de perda remota (Consolidado):

Tributos em discussão judicial

A controlada Maeda S.A. Agroindustrial, baseada na opinião favorável dos seus consultores jurídicos, vem contestando a exigibilidade e, também, requerendo, administrativa ou judicialmente, o reconhecimento de créditos compensados com determinados impostos e contribuições. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de tributos sub-judice, é de R\$ 9.556, incluindo encargos financeiros calculados com base na taxa SELIC e é relativo, substancialmente, a: (i) Crédito Presumido de IPI - tomados sobre exportações do período compreendido entre 2000 e 2002, os quais foram compensados com débitos tributários nos meses de novembro e dezembro de 2003 e julho de 2004, e (ii) INSS agroindústria sobre faturamento para fins de exportação.

Como se trata de uma obrigação legal ainda não julgada, a controlada mantém provisão constituída nos seguintes montantes:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Crédito presumido de IPI (i)	3.079	3.036
INSS comercial exportadora (ii)	6.738	6.006
ICMS	-	514
Total	<u>9.817</u>	<u>9.556</u>

21. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A seguir relacionamos as transações no período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar – IRPJ e CSLL	-	4.101

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

22. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	<u>Controladora (BRGAAP)</u>		<u>Consolidado (BR GAAP e IFRS)</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<u>Ativo não circulante</u>				
Acionistas indiretos	-	-	431	-
Outros	-	-	12	-
Total	-	-	443	-
 <u>Ativo não circulante</u>				
Adiantamentos para futuro aumento de capital (a)	8.620	9.081	-	-
 <u>Passivo circulante</u>				
Brasil Ecodiesel	-	-	2	-
Brasilagro	-	-	6.837	6.568
Acionistas indiretos	-	-	4.073	3.933
Total	-	-	10.912	10.501
 <u>Passivo não circulante</u>				
Jaborandi Propriedades Agrícolas S.A.	-	-	244	184
Jaborandi Agrícola Ltda.	-	-	1.321	834
Outros	24	24	-	-
Total	24	24	1.565	1.018

(a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 11.

Ver ainda a nota explicativa nº 25 sobre a remuneração dos administradores.

23. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, o capital social era de R\$ 1.128.354, representado por 1.084.190 mil ações ordinárias nominativas e sem valor.

Em 23 de dezembro de 2010 a Companhia homologou um aumento de capital social, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 320.140, mediante a emissão de 358.942 mil novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram subscritas ao preço de emissão de R\$ 0,89 por ação. O aumento de capital foi integralizado mediante a incorporação de 100% das ações da Maeda S.A. Agroindustrial, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

O valor da negociação teve como referência o valor estabelecido para a Maeda, através de laudo econômico elaborado pelo Banco Credit Suisse, divulgado ao mercado em 07 de dezembro de 2010. Com base no valor definido, foi estabelecida a relação de troca de ações, na base de 1 (uma) ação da Companhia para 3,6395 ações da Maeda.

	<u>Ações</u>	<u>Valor</u>
Capital social em 31/12/2009	725.248	808.213
aumento de capital	<u>358.942</u>	<u>320.141</u>
Capital social em 31/12/2010	<u>1.084.190</u>	<u>1.128.354</u>

Para viabilizar os processos de aumento de capital em 2010, a Companhia incorreu em gastos nos respectivos montantes de R\$ 1.676.

O capital autorizado da Companhia é R\$ 1.200.000.

A Companhia poderá aumentar seu capital social até o limite do capital autorizado mediante a emissão de novas ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, independentemente de reforma estatutária.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será o órgão competente para deliberar sobre o aumento de capital mediante emissão de ações, sendo o aumento com integralização em bens submetido à deliberação da Assembléia Geral.

As ações de emissão da Companhia são exclusivamente ordinárias e têm a forma nominativa, escritural e sem valor nominal.

Fica assegurado aos acionistas, na proporção das ações de que forem titulares, direito de preferência para subscrição de aumentos de capital.

Do resultado líquido do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, o lucro líquido terá a seguinte destinação:

- a) 5% serão aplicados na constituição de Reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social;
- b) 25% do lucro líquido de cada exercício será distribuído como dividendos obrigatórios, nos termos do artigo 202, da Lei 6.404/76.

Caso, após as deduções previstas acima, ainda haja saldo, o mesmo ficará à disposição da Assembléia para destinação.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, tais como riscos de mercado e de crédito. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração.

Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada por capital próprio, que inclui capital e reservas, conforme apresentado na nota explicativa nº 24 e o capital de terceiros.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A administração da Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras.

Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras e também, dessa nota explicativa.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração, assessorado pelo comitê de auditoria e gestão de riscos, tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A diretoria financeira da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios internos sobre os riscos que analisam a exposição de acordo com grau e magnitude dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros de valor justo e de preço) e crédito.

A Companhia procura minimizar os efeitos desses riscos por meio de instrumentos financeiros para proteção dessas exposições aos riscos. O uso de instrumentos financeiros é orientado pelas políticas da Companhia, aprovadas pela Administração, que fornece os princípios relacionados aos riscos de moeda estrangeira, taxa de juros e créditos, ao uso de instrumentos financeiros derivativos e ao investimento da liquidez excedente.

A diretoria financeira apresenta relatórios mensais ao Conselho de Administração que monitora os riscos e as políticas implementadas para mitigar a exposição aos riscos.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de clientes.

Risco de concentração do contas a receber

A Companhia possui concentração de faturamento para à Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Qualquer problema de liquidez deste cliente ou redução na demanda causará impactos nas decisões de investimentos da Companhia.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

Risco de comercialização

Todas as vendas de biodiesel da Companhia são efetuadas através de leilões trimestrais promovidos pela Agência Nacional de Petróleo – ANP. De acordo com a legislação atual, não é permitida a comercialização de biodiesel através de outros canais de vendas. Em função disso, o desempenho da Companhia nos leilões determina o volume de faturamento a cada trimestre.

Gerenciamento do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

<u>Controladora</u>	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Total</u>
<u>Em 31 de março de 2011</u>				
Fornecedores	4.878	-	-	4.878
Empréstimos e financiamentos	16.051	11.805	23.830	51.686
ICMS parcelado	4.992	4.160	9.984	19.136
Outros passivos	655	-	-	655
Total	26.576	15.965	33.814	76.355
 <u>Em 31 de março de 2011</u>				
Fornecedores	4.087	-	-	4.087
Empréstimos e financiamentos	13.948	12.008	39.838	65.794
Total	18.035	12.008	39.838	69.881

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

<u>Consolidado</u>	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>	<u>Total</u>
<u>Em 31 de março de 2011</u>					
Fornecedores	82.531	22.393	8.760	-	113.684
Empréstimos e financiamentos	193.113	29.362	73.795	22.150	318.420
Títulos a pagar	9.693	-	-	-	9.693
ICMS parcelado	4.992	4.160	9.984	-	19.136
Partes relacionadas	10.912	1.565	-	-	12.477
Dívida com a União	2.291	2.045	4.912	4.501	13.749
Outros passivos	6.453	-	-	-	6.453
Total	309.985	59.525	97.451	26.651	493.612
<u>Em 31 de dezembro de 2010</u>					
Fornecedores	86.957	15.586	17.394	325	120.262
Empréstimos e financiamentos	150.277	46.936	93.357	20.562	311.132
Títulos a pagar	5.028	-	-	-	5.028
Partes relacionadas	10.501	1.018	-	-	11.519
Dívida com a União	2.784	2.079	5.592	6.200	16.655
Outros passivos	2.448	-	-	-	2.448
Total	257.995	65.619	116.343	27.087	467.044

Risco de taxa de câmbio

A controladas da Companhia têm compromissos de venda, bem como de compras e de empréstimos e financiamentos, em moeda estrangeira. Em complemento a este hedge natural, a Companhia contrata derivativos, para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio. Assim, o referido risco de câmbio é calculado levando-se em consideração dois principais aspectos: (i) o impacto nas contas do balanço que são indexadas a moeda estrangeira e (ii) o impacto no fluxo de caixa das entradas e saídas de fluxo financeiro indexados a moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

As controladas da Companhia possuem ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de março de 2011 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário I a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras, para o cenário II esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III em 50%.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

Controladora (BRGAAP)

Saldo 31/03/2011	Cenário I		Cenário II		Cenário III		
	Taxa	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)	
Aplicações financeiras							
Renda Fixa	9.785	12,06%	1.180	15,08%	1.476	18,09%	1.770
CDB	56.559	12,06%	6.821	15,08%	8.529	18,09%	10.231
	<u>66.344</u>		<u>8.001</u>		<u>10.005</u>		<u>12.001</u>
Empréstimos							
CDI	51.311	12,06%	(6.188)	15,08%	(7.738)	18,09%	(9.282)
TJLP	375	6,00%	(23)	7,50%	(28)	9,00%	(34)
	<u>51.686</u>		<u>(6.211)</u>		<u>(7.766)</u>		<u>(9.316)</u>
Efeito líquido no resultado			<u>1.790</u>		<u>2.239</u>		<u>2.685</u>

Consolidado (BRGAAP e IFRS)

Saldo 31.03.11	Cenário I		Cenário II		Cenário III		
	Taxa	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)	
Aplicações financeiras							
Renda Fixa	9.785	12,06%	1.180	15,08%	1.476	18,09%	1.770
CDB	59.980	12,06%	7.234	15,08%	9.045	18,09%	10.850
	<u>69.765</u>		<u>8.414</u>		<u>10.521</u>		<u>12.620</u>
Empréstimos							
CDI	203.532	12,06%	(24.546)	15,08%	(30.693)	18,09%	(36.819)
TJLP	23.940	12,06%	(2.865)	15,08%	(3.582)	18,09%	(4.297)
TJLP	90.949	6,00%	(6.222)	7,50%	(7.777)	9,00%	(9.332)
	<u>318.421</u>		<u>(33.633)</u>		<u>(42.052)</u>		<u>(50.448)</u>
Efeito líquido no resultado			<u>(25.219)</u>		<u>(31.531)</u>		<u>(37.828)</u>

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Para determinar o valor estimado de mercado dos instrumentos financeiros, foram utilizadas as informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. As estimativas não indicam, necessariamente, que tais instrumentos possam ser operados no mercado diferentemente das taxas utilizadas. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado.

Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente para que seu registro não apresente uma divergência significativa para o correspondente valor justo no momento inicial. Nesse contexto, a administração estima as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

		31/03/2011			
		Controladora		Consolidado	
	Mensuração	Valor	Valor	Valor	Valor
	contábil	contábil	justo	contábil	justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	60.945	60.945	64.443	64.443
Aplicações financeiras	Valor justo	5.579	5.579	9.070	9.070
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	51.312	51.312	70.269	70.269
Títulos a receber (circulante e não circulante)	Custo amortizado	-	-	83.287	83.287
Depósitos judiciais	Custo amortizado	810	810	834	834
Passivo					
Fornecedores (circulante e não circulante)	Custo amortizado	4.878	4.878	114.043	114.043
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	Valor justo	51.686	51.686	318.421	318.421
Dívidas com a União - PESA	Valor justo	-	-	13.749	13.749
		31/12/2010			
		Controladora		Consolidado	
	Mensuração	Valor	Valor	Valor	Valor
	contábil	contábil	justo	contábil	justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	107.932	107.932	126.653	126.653
Aplicações financeiras	Valor justo	5.429	5.429	10.827	10.827
Contas a receber	Custo amortizado	9.438	9.438	13.268	13.268
Depósitos judiciais	Custo amortizado	716	716	741	741
Passivo					
Fornecedores (circulante e não circulante)	Custo amortizado	4.087	4.087	120.782	120.782
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	Valor justo	55.729	55.729	301.065	301.065
Dívidas com a União - PESA	Valor justo	-	-	16.655	16.655

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

Instrumentos financeiros derivativos (consolidado)

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contras os riscos de flutuação na taxa de câmbio e nos preços das "commodities" e não são utilizados para fins especulativos.

Tipo	31/03/2011			31/12/2010		
	Valor de referência (nocional), em USD	Valor justo (mercado)	Ganho/ (perda) no resultado financeiro	Valor de referência (nocional), em USD	Valor justo (mercado)	Ganho/ (perda) no resultado financeiro
	<u>Swaps de moeda e taxa de juros</u>					
Hedge de valor justo (USD)	23.945.478	1.955	(1.955)	21.005.882	2.370	(2.370)
<u>Contratos a termo – NDF</u>						
Moeda estrangeira (USD)	15.450.000	1.232	1.232	10.670.000	483	483
Moeda estrangeira (USD)	11.000.000	230	230	-	-	-
Moeda estrangeira (USD)	-	-	-	10.600.000	130	130
Moeda estrangeira (USD)	-	-	-	2.587.214	24	(24)
<u>Contratos de opções de compra</u>						
Contratos de soja - <i>commodity</i>	746.138	1.215	(1.215)	712.080	1.187	(1.187)
Contratos de açúcar - <i>commodity</i>	5.822.040	982	(982)	5.822.040	1.124	(1.124)
Total em aberto/não realizado - passivo circulante			<u>(2.690)</u>			<u>(4.092)</u>

25. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

A remuneração dos diretores e das demais pessoas-chave da Administração durante o primeiro de trimestre de 2011 e de 2010 foi a seguinte:

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Remuneração de conselheiros	321	234	321	234
Remuneração dos administradores	540	555	540	851
Encargos sociais	108	111	108	152
Total	<u>969</u>	<u>900</u>	<u>969</u>	<u>1.237</u>

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Adicionalmente, ver nota explicativa nº 32 para pagamentos baseados em ações.

26. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>Controladora (BR GAAP)</u>		<u>Consolidado (IFRS e BRGAAP)</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
<u>Receita bruta de vendas</u>	165.508	166.290	227.850	166.290
	165.508	166.290	227.850	166.290
<u>Deduções de vendas</u>				
Devoluções e abatimentos	(662)	(666)	(695)	(666)
Impostos sobre vendas	(24.896)	(30.985)	(26.841)	(30.985)
Incentivo fiscal de ICMS	4.690	14.745	4.690	14.745
Total de deduções de vendas	(20.868)	(16.906)	(22.846)	(16.906)
<u>Receita líquida de vendas</u>	<u>144.640</u>	<u>149.384</u>	<u>205.004</u>	<u>149.384</u>

27. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

	<u>Controladora (BR GAAP)</u>		<u>Consolidado (BR GAAP e IFRS)</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Custo dos produtos vendidos	(131.067)	(118.207)	(189.416)	(118.207)
Custos dos ativos ociosos	(3.904)	(1.030)	(6.247)	(1.030)
Total	<u>(134.971)</u>	<u>(119.237)</u>	<u>(195.663)</u>	<u>(119.237)</u>

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

28. DESPESAS POR NATUREZA

Apresentamos a seguir, segregação por natureza, dos custos e das despesas apresentadas nas demonstrações do resultado de acordo com sua função:

	<u>Controladora (BR GAAP)</u>		<u>Consolidado (BR GAAP e IFRS)</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Custos variáveis e gastos indiretos de produção	(88.565)	(113.308)	(110.023)	(113.308)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	87	(157)	13.216	(612)
Custos de mercadorias vendidas	(36.327)	(601)	(63.828)	(601)
Custos de ociosidade	(3.904)	(1.030)	(6.247)	(1.030)
Despesas com pessoal (*)	(9.449)	(5.565)	(12.445)	(5.664)
Viagens e estadias	(656)	(713)	(825)	(714)
Despesa com manutenções e reparos	(970)	(1.509)	(1.603)	(1.509)
Depreciações e amortizações	(2.709)	(2.611)	(6.903)	(2.960)
Amortização de ágio	(1.513)	-	(1.513)	-
Assessoria e consultoria	(1.390)	(1.800)	(6.662)	(1.800)
Resultado de equivalência patrimonial	2.797	(1.013)	-	-
Outras despesas	<u>(2.780)</u>	<u>(1.225)</u>	<u>(3.928)</u>	<u>(1.327)</u>
Total	(145.379)	(129.532)	(200.761)	(129.525)

(*) Inclui a remuneração dos administradores, mencionada na nota explicativa nº 25.

	<u>Controladora (BR GAAP)</u>		<u>Consolidado (BR GAAP e IFRS)</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Custo dos produtos vendidos	(134.971)	(119.237)	(195.663)	(119.237)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	87	(157)	13.216	(612)
Gerais e administrativas	(13.027)	(9.131)	(19.526)	(9.682)
Despesas tributárias	(249)	(17)	(265)	(17)
Outras receitas (despesas) operacionais	(16)	23	1.477	23
Resultado de equivalência patrimonial	<u>2.797</u>	<u>(1.013)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	(145.379)	(129.532)	(200.761)	(131.066)

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

29. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora (BRGAAP)</u>		<u>Consolidado (BR GAAP e IFRS)</u>	
	<u>31/3/2011</u>	<u>31/3/2010</u>	<u>31/3/2011</u>	<u>31/3/2010</u>
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimentos de aplicações financeiras	2.084	1.883	2.175	1.883
Juros	-	-	9.763	
Outras receitas	<u>562</u>	<u>606</u>	<u>3.229</u>	<u>606</u>
	2.646	2.489	15.167	2.489
<u>Despesas Financeiras</u>				
Juros e variações monetárias de empréstimos e financiamentos	(1.679)	(1.592)	(14.245)	(1.598)
Atualização adiantamento de clientes - Petrobras	(609)	-	(609)	-
Outras despesas	<u>(484)</u>	<u>(643)</u>	<u>(2.291)</u>	<u>(644)</u>
	(2.772)	(2.235)	(17.145)	(2.242)
<u>Variação cambial, líquida</u>				
Variações cambiais ativas	-	-	3.241	-
Variações cambiais passivas	<u>-</u>	<u>(13)</u>	<u>-</u>	<u>(13)</u>
	-	(13)	3.241	(13)
Total	<u>(126)</u>	<u>241</u>	<u>1.263</u>	<u>234</u>

30. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido (prejuízo) e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e do lucro diluído (prejuízo) por ação.

<u>Lucro (prejuízo) básico por ação</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Lucro líquido (prejuízo) do período	(865)	15.992
Quantidade de ações média ponderada durante o ano	<u>1.084.190.282</u>	<u>725.248.727</u>
Lucro (prejuízo) por ação – básico (R\$)	<u>(0,00080)</u>	<u>0,02205</u>

<u>Lucro (prejuízo) diluído por ação</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Lucro (prejuízo) utilizado na apuração do lucro (prejuízo) básico por ação das operações continuadas	(865)	15.992
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação (*)	<u>1.084.190.282</u>	<u>725.248.727</u>
Prejuízo por ação – diluído (R\$)	<u>(0,00080)</u>	<u>0,02205</u>
<u>(*) Instrumentos antidiluidores</u>		

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

Os instrumentos abaixo relacionados diluem os lucros (prejuízos) por ação básicos, por isso não foram incluídos no cálculo do lucro (prejuízo) por ação diluído. Como consequência, a quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro (prejuízo) diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do lucro (prejuízo) por ação básico.

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Ações consideradas como emitidas sem nenhuma contrapartida relacionadas a:		
Pagamentos baseados em ações	<u>27.704.972</u>	<u>-</u>

31. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Após a incorporação da Controlada Maeda S.A. Agroindustrial, a Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional (que até então concentrava-se unicamente na produção de biodiesel) com objetivo de melhor identificar as variáveis relevantes de cada segmento e fornecer melhores informações para à Administração na gerencia o negócio. Os segmentos operacionais definidos pela administração são demonstrados abaixo:

Segmento Industrial: envolve as operações de produção de biodiesel e processamento de óleo vegetal. É representado pelas unidades de produção de biodiesel e pelas unidades de esmagamento de grãos para produção de óleo vegetal;

Segmento agrícola: envolve as operações agrícolas realizadas nas fazendas sob gestão da Companhia (próprias e arrendadas) para desenvolvimento de culturas agrícolas (soja, algodão, milho e pinhão manso). Envolve também as atividades realizadas no Núcleo de Produção Comunitária Santa Clara, representadas pela controlada Buriti.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

A composição do resultado operacional por segmento da companhia é demonstrada no quadro abaixo:

	Consolidado 31/03/2011		
	Industrial	Agrícola	Total
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	144.640	60.364	205.004
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(134.971)	(60.692)	(195.663)
Varição do valor justo dos ativos biológicos	87	13.129	13.216
LUCRO BRUTO	9.756	12.801	22.557
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	(13.027)	(6.498)	(19.525)
Despesas tributárias	(249)	(16)	(265)
Outras receitas (despesas) operacionais	(16)	1.492	1.476
Total	(13.292)	(5.022)	(18.314)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(3.536)	7.779	4.243

32. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

Controladora

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações para os seus executivos. De acordo com as condições do plano, conforme aprovado pelos acionistas na Assembléia Geral Ordinária de 30 de abril de 2009 e, posteriormente regulamentada pelo Conselho de Administração em 07 e 26 de outubro de 2010, os executivos definidos para participação do plano receberam opções para a compra de ações ordinárias por um preço de exercício de R\$ 0,89 por ação.

Cada opção de compra dos empregados pode ser convertida em uma ação ordinária da Companhia no momento do exercício da opção. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções não dão direito a dividendos ou ao voto.

A quantidade de opções concedida foi definida pelo Conselho de Administração da Companhia, assessorado pelo Comitê de Recursos Humanos e não está vinculada ao atingimento de metas individuais ou coletivas da Companhia.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

Apresentamos abaixo demonstrativo dos Planos que encontravam-se em vigor em 31 de março de 2011 oferecidos aos principais executivos da Companhia:

	<u>1ª outorga</u>	<u>1ª outorga</u>	<u>1ª outorga</u>
Data da outorga	06/10/2010	06/10/2010	06/10/2010
Dividend yield	-	-	-
Volatilidade do preço da ação	37,70% a.a.	37,70% a.a.	37,70% a.a.
Vesting period	12 meses	24 meses	36 meses
Prazo para exercício após o vesting period	36 meses	36 meses	36 meses
Número de opções	4.834.991	4.834.991	4.834.991
Valor justo na data da outorga - R\$	0,49	0,55	0,60
Valor da opção para exercício em 31/03/2011 - R\$	0,89	0,89	0,89

	<u>2ª outorga</u>	<u>2ª outorga</u>	<u>2ª outorga</u>
Data da outorga	26/10/2010	26/10/2010	26/10/2010
Dividend yield	-	-	-
Volatilidade do preço da ação	37,70% a.a.	37,70% a.a.	37,70% a.a.
Vesting period	12 meses	24 meses	36 meses
Prazo para exercício após o vesting period	36 meses	36 meses	36 meses
Número de opções	4.400.000	4.400.000	4.400.000
Valor justo na data da outorga - R\$	0,61	0,67	0,72
Valor da opção para exercício em 31/03/2011 - R\$	0,89	0,89	0,89

Controlada Maeda S.A. Agroindustrial

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 15 de março de 2011, a outorga de opções de compras de ações a diretores da sua controlada Maeda S.A. Agroindustrial.

Os executivos definidos para participação do plano receberam opções para a compra de ações ordinárias por um preço de exercício de R\$ 0,89 por ação.

Cada opção de compra dos empregados pode ser convertida em uma ação ordinária da Companhia no momento do exercício da opção. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções não dão direito a dividendos ou ao voto.

A quantidade de opções concedida foi definida pelo Conselho de Administração da Companhia, assessorado pelo Comitê de Recursos Humanos e não está vinculada ao atingimento de metas individuais ou coletivas da Companhia.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

Apresentamos abaixo demonstrativo dos Planos que encontram-se em vigor em 31 de março de 2011 oferecidos os executivos:

	<u>1ª outorga</u>	<u>1ª outorga</u>	<u>1ª outorga</u>
Data da outorga	15/03/2011	15/03/2011	15/03/2011
Dividend yield	-	-	-
Volatilidade do preço da ação	28,50% a.a.	28,50% a.a.	28,50% a.a.
Vesting period	12 meses	24 meses	36 meses
Prazo para exercício após o vesting period	36 meses	36 meses	36 meses
Número de opções	4.392.944	4.392.944	4.392.944
Valor justo na data da outorga - R\$	0,35	0,40	0,45
Valor da opção para exercício em 31/03/2011 - R\$	0,89	0,89	0,89

Valor justo das opções de compra de ações outorgadas durante o exercício (controladora e consolidado)

As opções foram precificadas de acordo com um modelo de precificação de opções binomial.

A volatilidade esperada baseia-se na volatilidade de preços histórica e foi calculada com base na metodologia Exponential Weighted Moving Average para o prazo de 60 dias, utilizadas as cotações relativas à 30/09/2010.

Movimentações nas opções de compra de ações durante o exercício (controladora e consolidado)

Não houve movimentação das opções de compra desde suas outorgas.

A despesa é registrada em uma base “pro rata temporis”, durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção em contrapartida da reserva de capital no patrimônio líquido. As despesas reconhecidas nos trimestres findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 foram:

	<u>Controladora (BRGAAP)</u>		<u>Consolidado (BR GAAP e IFRS)</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Despesas com pessoal	2.503	-	2.638	-

As despesas registradas pela controladora durante o último trimestre de 2010 montaram em R\$ 2.092).

As despesas registradas pela controladora Maeda S.A. Agroindustrial durante o primeiro trimestre de 2011 foram de R\$ 135.

33. COMPROMISSOS

Os compromissos futuros existentes na Controladora em 31 de março de 2011, referem-se substancialmente a:

- (i) BIODIESEL: a Companhia firmou contratos de fornecimento de biodiesel para a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás equivalentes a 46.600 m³, decorrentes do resultado do 21^o leilão de biodiesel promovido pela Agência Nacional de Petróleo - ANP, realizado em fevereiro de 2011. O volume de biodiesel objeto desses contratos deverá ser entregue até 30 de junho de 2011.
- (ii) GRÃOS DE SOJA: a Companhia firmou contratos para compra futura de grãos de soja, firmados com Cooperativas de Agricultores Familiares no Rio Grande do Sul, para entrega na safra 2010/2011. O volume dos contratos assinados até dezembro de 2011 é de 218.400 toneladas (informação não revisada pelos auditores), sendo que 54.700 toneladas já tiveram preço fixado e a fixação do preço de 163.700 toneladas restantes será feita de acordo com critérios definidos em contratos, na época de entrega da soja.

Além dos compromissos mencionados no parágrafo acima, através de sua controlada Maeda, existem os seguintes compromissos:

- (i) SOJA - foram firmados contratos com clientes para fornecimento de 106.715 (2010 – 81.669) toneladas (informação não revisada pelos auditores) de soja em grãos (aproximadamente 92% da estimativa de produção da safra), destinadas, substancialmente, ao mercado externo (exportação indireta) a preços pré-fixados e a fixar, sendo que 43.702 toneladas já foram faturadas até 31 de março de 2011.
- (ii) ALGODÃO – foram firmados contratos para fornecimento de 24.900 (2009 - 16.872) toneladas (informação não revisada pelos auditores) de pluma de algodão (aproximadamente 84% da estimativa de produção da próxima safra) com preços pré-fixados e a fixar, destinadas, principalmente, ao mercado externo.

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

34. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de março de 2011, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, conforme demonstrado abaixo.

	<u>Controladora (BRGAAP)</u>	<u>Consolidado (BR GAAP e IFRS)</u>
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2011</u>
Responsabilidade civil	27.450	47.450
Riscos diversos – imobilizado	190.100	305.980
Riscos diversos - estoques	9.600	101.900

35. EFEITO DA ADOÇÃO DAS NOVAS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL

Conforme determinado pela Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011, a Companhia está rerepresentando as informações trimestrais para o trimestre findo em 31 de março de 2010, ajustados aos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM – Comissão de Valores Imobiliários, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As conciliações para as práticas contábeis nas demonstrações financeiras individual e consolidado estão demonstradas como segue:

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

Balancos patrimoniais:

Em 31/03/2010 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)						
Controladora			Consolidado			
Item	BRGAAP Anterior	Efeitos da adoção dos novos CPCs	BRGAAP Reapresentado	BRGAAP Anterior	Efeitos da adoção dos novos CPCs	BRGAAP Reapresentado
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	114.074		114.074	114.115		114.115
Contas a receber de clientes	61.339		61.339	61.358		61.358
Estoques	67.690		67.690	76.458	(2.140)	74.318
Impostos a recuperar	2.799		2.799	3.173		3.173
Créditos diversos	3.706		3.706	4.291	54	4.345
Despesas antecipadas	295		295	307		307
Total do ativo circulante	249.903	-	249.903	259.702	(2.086)	257.616
Ativos disponíveis para venda	(1)	-	7.284	-	7.284	7.284
Total do ativo circulante		7.284	257.187	259.702	5.198	264.900
NÃO CIRCULANTE						
Contas a receber de clientes	11.454		11.454	11.454		11.454
Adiantamentos para futuro aumento de capital	13.129	(525)	12.604	-		-
Ativos biológicos	(4)	10.659	(7.976)	2.683	11.140	(8.431)
Ativos disponíveis para venda	(1)	7.001	(7.001)	-	7.001	(7.001)
Impostos a recuperar		23.769	23.769	23.769		23.769
Depósitos judiciais		592	592	605		605
Outros créditos		118	118	127		127
Investimentos em controladas	(2) + (4)	9.423	(4.589)	4.834	-	-
Imobilizado		203.003	1.541	204.544	212.593	1.541
Intangível		116	116	116		116
Diferido		17.983	(17.983)	-	20.556	(20.556)
Total do ativo não circulante		297.247	(36.533)	260.714	287.361	(34.447)
TOTAL DO ATIVO		547.150	(29.249)	517.901	547.063	(29.249)
		517.814		517.814		

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Item					
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	13.789		13.789	13.948	13.948
Fornecedores	9.928		9.928	11.044	11.044
Adiantamentos de clientes	15.762		15.762	15.762	15.762
Provisão para perdas em investimentos	3.209		3.209	-	-
Obrigações sociais	3.880		3.880	4.084	4.084
Obrigações fiscais	2.059		2.059	3.307	3.307
Outras contas a pagar	4		4	4	4
Total do passivo circulante	<u>48.631</u>	<u>-</u>	<u>48.631</u>	<u>48.149</u>	<u>-</u>
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	51.846		51.846	51.846	51.846
ICMS diferido a recolher	8.435		8.435	8.435	8.435
Obrigações fiscais	617		617	617	617,00
Obrigações sociais	2.844		2.844	2.844	2.844
Provisão para contingências	1.860		1.860	2.262	2.262
Receita diferida de incentivos fiscais	-		-	-	-
Total do passivo não circulante	<u>65.602</u>	<u>-</u>	<u>65.602</u>	<u>66.004</u>	<u>-</u>
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	-	-	-	(7)	7
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	791.740		791.740	791.740	-
Reserva de capital	15		15	15	15
Prejuízos acumulados	<u>(358.838)</u>	<u>(29.249)</u>	<u>(388.087)</u>	<u>(358.838)</u>	<u>(29.249)</u>
Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas controladores	432.917	(29.249)	403.668	432.917	(29.249)
Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas não controladores					(7)
Total do patrimônio líquido	<u>432.917</u>	<u>(29.249)</u>	<u>403.688</u>	<u>432.917</u>	<u>(29.256)</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>547.150</u>	<u>(29.249)</u>	<u>517.901</u>	<u>547.063</u>	<u>(29.249)</u>
					<u>517.814</u>

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

Efeitos da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil na demonstração do resultado:

	Controladora			Consolidado			
	Em 31/03/2010 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			Em 31/03/2010 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			
	Item	BRGAAP Anterior	Efeitos da adoção dos novos CPCs	BRGAAP Reapresentado	BRGAAP Anterior	Efeitos da adoção dos novos CPCs	BRGAAP Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		149.384		149.384	149.384		149.384
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(3)	(119.748)	511	(119.237)	(119.748)	511	(119.237)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(4)	-	(157)	(157)	-	(612)	(612)
LUCRO BRUTO		<u>29.636</u>	<u>354</u>	<u>29.990</u>	<u>29.636</u>	<u>(101)</u>	<u>29.535</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS							
Gerais e administrativas	(1) + (2)	(9.770)	639	(9.131)	(10.456)	774	(9.682)
Despesas tributárias		(17)		(17)	(17)		(17)
Outras receitas (despesas) operacionais	(2) + (3)	(1.007)	1.030	23	(1.007)	1.030	23
Resultado de equivalência patrimonial	(2) + (4)	(693)	(320)	(1.013)	-		-
DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS		<u>(11.487)</u>	<u>1.349</u>	<u>(10.138)</u>	<u>(11.480)</u>	<u>1.804</u>	<u>(9.676)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>18.149</u>	<u>1.703</u>	<u>19.852</u>	<u>18.156</u>	<u>1.703</u>	<u>19.859</u>
RESULTADO FINANCEIRO							
Receitas financeiras		2.489		2.489	2.489		2.489
Despesas financeiras		(2.235)		(2.235)	(2.242)		(2.242)
Variação cambial, líquida		(13)		(13)	(13)		(13)
		<u>241</u>	<u>-</u>	<u>241</u>	<u>234</u>		<u>234</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>18.390</u>	<u>1.703</u>	<u>20.093</u>	<u>18.390</u>	<u>1.703</u>	<u>20.093</u>
Provisão para imposto de renda		(2.886)		(2.886)	(3.354)		(3.354)
Incentivo fiscal - imposto de renda					468		468
Provisão para contribuição social		(1.215)		(1.215)	(1.215)		(1.215)
LUCRO DO PERÍODO		<u>14.289</u>	<u>1.703</u>	<u>15.992</u>	<u>14.289</u>	<u>1.703</u>	<u>15.992</u>

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

A seguir estão demonstradas as conciliações do patrimônio líquido e resultado:

<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Item	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (BR GAAP e IFRS)
		31/3/2010	31/3/2010
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		432.917	432.917
Valor justo dos ativos biológicos controladora	(4)	(7.976)	(7.976)
Valor justo dos ativos biológicos controladas	(4)	-	(2.595)
Baixa do diferido controladora	(2)	(17.983)	(17.983)
Baixa do diferido controladas	(2)	-	(2.534)
Equivalencia - baixa diferidos controladas	(2)	(2.519)	-
Equivalencia - valor justo ativos biológicos controladas	(4)	(2.595)	-
Estorno da depreciação ativos disponíveis para venda	(1)	283	283
Revisão da vida útil dos ativos imobilizados		1.541	1.541
Outros		-	15
Efeito líquido decorrente da aplicação de novas práticas contábeis		(29.249)	(29.249)
Patrimônio líquido de acordo com os novos pronunciamentos		403.668	403.668
 <u>RESULTADO</u>			
	Item	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (BR GAAP e IFRS)
		31/3/2010	31/3/2010
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		14.289	14.289
Valor justo dos ativos biológicos - controladora	(4)	(157)	(157)-
Valor justo dos ativos biológicos - controladas	(4)	-	(455)
Estorno da amortização do ativo diferido - controladora	(2)	617	617
Estorno da amortização do ativo diferido - controladas	(2)	-	135-
Equivalencia - estorno da amortização do ativo diferido - controladas	(2)	135	-
Equivalencia - valor justo ativos biológicos controladas	(4)	(455)	-
Estorno da depreciação ativos disponíveis para venda	(1)	22	22
Revisão da vida útil dos ativos imobilizados		1.541	1.541
Efeito líquido decorrente da aplicação de novas práticas contábeis		1.703	1.703
Total dos ajustes ao resultado de acordo com as IFRSs		15.992	15.992

Notas às reconciliações

Os novos pronunciamentos técnicos adotados pela Companhia e suas controladas que tiveram impacto nas demonstrações financeiras individual e consolidado, em decorrência de divergências de prática com as normas vigentes anteriormente a 31 de dezembro de 2008 são demonstrados nas notas a seguir:

(1) CPC 31 - Ativo Não-Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada

A Companhia registrou no primeiro trimestre de 2010 a depreciação dos ativos disponíveis à venda no montante de R\$ 22. Com a adoção do CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, essa depreciação não é mais permitida. Como efeito

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

dessa mudança, essa depreciação foi estornada da rubrica de despesas gerais e administrativas no primeiro trimestre de 2010.

(2) CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

De acordo com as práticas contábeis anteriores, a Companhia e suas controladas registravam em uma conta denominada ativo diferido, as despesas pré-operacionais que contribuiriam, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Essas despesas e gastos não atendem a definição de ativo de acordo com as IFRSs.

A administração da Companhia tinha decidido anteriormente por efetuar a baixa do saldo do ativo diferido de suas controladas, com exceção do ativo diferido da empresa Rede de Compras Intermediação de Negócios, Comércio de Produtos e Insumos Agrícolas Ltda., em 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 48.881.

Com a adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, a baixa do ativo diferido deve ser efetuada no balanço de abertura (1º de janeiro de 2009), cujos saldos do ativo diferido da controladora era de R\$ 21.107 e consolidado de R\$ 73.017.

Como efeito dessas mudanças, nos balanços de abertura, controladora e consolidado, foram efetuados ajustes de baixa do ativo diferido de R\$ 21.107 e R\$ 73.017, respectivamente, em contrapartida dos prejuízos acumulados. Nas demonstrações do resultado, controladora e consolidado, do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram estornados os valores das amortizações do ativo diferido registradas nas despesas gerais e administrativas daquele exercício, nos montantes de R\$ 2.507 e R\$ 2.882, respectivamente.

Na demonstração do resultado consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foi estornado o montante R\$ 48.881 da rubrica de ajustes de redirecionamento estratégico referente a baixa do ativo diferido de suas controladas, conforme descrito anteriormente.

Na demonstração do resultado da controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foi estornado o montante de R\$ 49.256, da rubrica de resultado da equivalência patrimonial, como consequência dos estornos da baixa do ativo diferido das controladas no montante de R\$ 48.881, como mencionado anteriormente, e do estorno da amortização do ativo diferido, da empresa controlada Rede de Compras Intermediação de Negócios, Comércio de Produtos e Insumos Agrícolas Ltda., no valor de R\$ 375, registrado na demonstração do resultado dessa empresa no exercício de 2009.

O saldo do ativo diferido da empresa controlada Rede de Compras Intermediação de Negócios, Comércio de Produtos e Insumos Agrícolas Ltda. no montante de R\$ 2.654, em 31 de dezembro de 2009, foi baixado diretamente contra o patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009.

Na demonstração do resultado da controladora para o trimestre findo em 31 de março de 2010, foi estornado o montante de R\$ 135, da rubrica de resultado da equivalência patrimonial, como consequência do estorno da amortização do ativo diferido, da empresa controlada Rede de Compras Intermediação de Negócios, Comércio de Produtos e Insumos

BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.

Agrícolas Ltda registrado na demonstração do resultado dessa empresa no primeiro trimestre de 2010.

(3) CPC 16 - Estoques

De acordo com as práticas contábeis anteriores, a Companhia registrava o custo de ociosidade na rubrica outras despesas operacionais. Como efeito da adoção dos novos pronunciamentos contábeis, na demonstração do resultado do período de três meses findo em exercício findo em 31 de março de 2010, foi transferido o valor de R\$ 1.030 para a rubrica de custo dos produtos vendidos.

(4) CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola

Os ativos biológicos da Companhia e da sua controlada Buriti Agrícola Ltda., representados por suas plantações de pinhão manso, passaram a ser reconhecidos por seu valor justo, ao invés do custo histórico conforme prática contábil anterior.

Como efeito da adoção dos novos pronunciamentos contábeis, em 1º de janeiro de 2009 foi reconhecido o valor justo da cultura de pinhão manso diretamente contra o patrimônio líquido o valor de R\$ 9.843. Na demonstração do resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2010, foi reconhecida a variação do valor justo no valor de R\$ 157 na demonstração do resultado no primeiro trimestre de 2010.

Pela avaliação do valor justo da cultura de mamona da controlada Buriti Agrícola Ltda., foi registrado diretamente contra o patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009 o valor de R\$ 1.707, resultando no patrimônio líquido da controladora como equivalência patrimonial, e novo ajuste de baixa foi realizado na demonstração do resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2010, nessa cultura, no valor de R\$ 455.

36. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em 11 de maio de 2011 foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das presentes Informações Trimestrais - ITR, estando aprovadas para divulgação.
